

Quem disse ?

«Há quem tenha muito poder e esteje contra a reforma fiscal e a mexer muitos cordelinhos»

António Guterres
Congresso do PS



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guilherme d'Oliveira Martins afirma

Eleições antecipadas fora de questão

«O programa do Governo foi feito para ser cumprido em quatro anos e não em um ano e nove meses». Foi esta a resposta dada, no passado domingo, dia 6, por Guilherme d'Oliveira Martins à saída da reunião magna dos socialistas quando confrontado pela imprensa com o cenário de eleições antecipadas.

O ministro da Presidência afastou categoricamente a possibilidade de o Executivo desejar eleições legislativas antecipadas, porque a Assembleia da República teria depois «uma representação política mais fragmentada».

Em declarações à Comunicação Social, Guilherme d'Oliveira Martins sustentou que o XII Congresso Nacional do PS teve conclusões «relevantes» do ponto de vista político, em primeiro lugar porque «ficou bem claro para os portugueses que o Governo não quer provocar a dissolução do Parlamento».

«O cenário das eleições antecipadas foi liminarmente recusado pelo primeiro-ministro, porque é indispensável o cumprimento integral da Legislatura e também porque, em caso de dissolução, o Parlamento ficaria mais fragmentado do ponto de vista político, o que implicaria maior dificuldade em resolver os problemas», reiterou.

O ministro congratulou-se ainda com a decisão de o PS definir que não terá parceiros privilegiados nas negociações para a viabilização do Orçamento de Estado de 2002.

Para Oliveira Martins, o primeiro-ministro também deixou bem clara a sua determinação e empenhamento na condução das políticas do Governo e na opção que privilegiará a articulação com a sociedade civil e com a iniciativa económica.

Do congresso socialista também saiu a conclusão que o Executivo apresentará um programa de redução da despesa, «mas sem sacrifício das despesas sociais ou de investimento, continuando a ser atribuída prioridade à educação».

GUTERRES GARANTE NO XII CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA

TEMOS UM RUMO PARA PORTUGAL

O camarada António Guterres reiterou, mais uma vez, o não socialista ao poder pelo poder e assegurou ter consagrado e continuar a consagrar o seu Governo ao serviço das pessoas e do País.

No final do XII Congresso do PS, o líder socialista lançou um repto contundente à oposição, chamando-a à responsabilidade política e recordou que acima dos interesses partidários está o interesse nacional.



Sociedade & País

Combate à exclusão Rendimento Mínimo atinge «maturidade»



Cerca de 4000 famílias abandonam mensalmente o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), enquanto apenas 2000 entram no sistema, revelou o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso.

Ao fazer um balanço da actividade da Segurança Social, o ministro considerou que o Rendimento Mínimo Garantido, um dos instrumentos legais de apoio aos mais desfavorecidos, atingiu a «maturidade» e tem «produzido resultados».

Governo

Investigação e Desenvolvimento Benefícios fiscais no IRC



O Executivo socialista aprovou esta semana um diploma que altera o decreto-lei de 1997 que concede benefícios fiscais aos sujeitos passivos do IRC que realizarem despesas com investigação e desenvolvimento. Este diploma vem alterar o regime dos incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento pelos sujeitos passivos de Imposto de Rendimentos Colectivos que exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.



Temos um rumo para Portugal

O XII Congresso do PS consagrou a liderança inequívoca de António Guterres, que aproveitou o discurso de encerramento para garantir que o partido tem um rumo e uma estratégia para Portugal.

Lamentando a existência de pessoas que criam «um ambiente de alarmismo» e que se revelam autênticos «profetas da desgraça», Guterres aproveitou a ampla cobertura mediática do congresso para repetir que o País está a atravessar dificuldades conjunturais, mas perfeitamente solucionáveis se apostar no desafio da modernização.

Sem dissimular as dificuldades da actual conjuntura económica do País, António Guterres procurou fomentar o optimismo ao assegurar que «os problemas que Portugal enfrenta são temporais».

Afastando liminarmente o cenário das eleições antecipadas, Guterres disse ser indispensável o cumprimento integral da Legislatura e salientou que o programa do Governo foi feito para ser cumprido em quatro anos e não em um ano e nove meses.

Neste contexto, lançou um recato a toda a oposição, no sentido de aprovarem o próximo Orçamento de Estado. A decisão de o PS não definir parceiros privilegiados para as negociações sobre a viabilização do Orçamento de Estado de 2002, revela uma enorme abertura à sociedade e aos outros partidos com assento parlamentar, que deverá ser correspondida com igual maturidade por parte da oposição.

«Espero que os partidos da oposição encarem o próximo orçamento com sentido de responsabilidade, que não tenham a lógica do puro bota-abaixo, que não digam que votam contra propostas que não conhecem», adiantou.

Para Guterres, «acima dos interesses dos partidos deve estar o interesse nacional». E adiantou que o «Orçamento valerá por si e que as forças da oposição que votarem contra, terão de explicar porquê e qual a alternativa que propõem para o País».

Falando de futuro, o secretário-geral do PS apresentou algumas das medidas a tomar pelo Executivo a breve prazo. António Guterres anunciou que o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedrosa, irá criar um novo escalão de prestações familiares, que incidirá sobre os agregados familiares com rendimentos mensais entre 1,5 e quatro salários mínimos. Este novo escalão irá beneficiar os rendimentos das famílias abrangidas pelo novo escalão em cerca de 15 por cento.

Dirigindo-se directamente aos partidos da oposição, António Guterres apelou ao seu bom senso no apoio ao programa que o Governo irá apresentar de redução da despesa pública. Este programa, que não apresentará sacrifício das despesas sociais ou de investimento, irá manter a prioridade na educação, tendo Guterres apresentado como soluções o aumento do investimento público, a disponibilidade de o Estado contratualizar com o privado para atrair investimento estrangeiro e de empresários nacionais, e a aposta no crescimento das exportações portuguesas para Espanha.



BLOCO CENTRAL PARA VENCER A CRISE E SALVAR PORTUGAL

«PS pretende acordo político parlamentar e governamental de legislatura com o PSD» era a manchete da edição de 12 de Maio de 1983 do «Acção Socialista».

Tratava-se de uma decisão da Comissão Nacional do PS aprovada por larga maioria e que viria a traduzir-se semanas mais tarde na assinatura de um acordo entre o PS e o PSD - então liderado por Mota Pinto e ainda com uma componente bastante forte de sociais-democratas-, que permitiu a formação de um Governo chefiado por Mário Soares.

O órgão oficial do PS dava ainda grande destaque a uma entrevista concedida por Mário Soares ao programa «Primeira Página», da RTP, onde o então líder do PS afirmava que a maior maioria de sempre (PS/PSD) era factor de «confiança e estabilidade» essencial para se vencer a grave crise económica e social em que o País se encontrava mergulhado. **J. C. C. B.**

12 de Maio

Quem disse?

«Dignificar a vida parlamentar é consolidar a democracia»

José Niza



Abonos de família Aumentos entre 530 e 4230 escudos

O aumento anunciado, no passado dia 8, pelo ministro do Trabalho e Solidariedade para os subsídios familiares abrange as famílias cujos rendimentos variam entre os 100 e os 270 contos e prevê aumentos entre os 530 e os 4.230 escudos.

Para aumentar os subsídios familiares, que de acordo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade vai abranger cerca de 750 mil crianças - 45 por cento dos beneficiários -, o Governo decidiu dividir o antigo segundo escalão em dois, diferenciando as famílias que possuem rendimentos entre 1,5 e quatro salários mínimos e as famílias que auferem vencimentos entre os quatro e os oito salários mínimos.

Assim, as famílias que ganham entre 100 e 270 contos e que tenham até dois filhos vão receber por cada descendente com menos de um ano de idade 14.550 escudos (mais dois contos), um valor que sobe para 21.100 escudos (mais 4320 escudos) no caso de número de descendentes ser de três ou superior.

A partir do primeiro ano de vida, os descendentes são contemplados com um subsídio de 3900 (mais 530 escudos) no caso da família ter até dois filhos e com 5720 escudos (mais 1150) no caso de o número de filhos ser igual ou superior a três.

Os outros escalões de comparticipação não foram contemplados com aumentos, que entram em vigor em Setembro.

UGT homenageia vítimas dos acidentes de trabalho e doenças profissionais

A Jornada Internacional pelas Vítimas dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais foi comemorada pela UGT, que lamenta que Portugal ocupe «um triste primeiro lugar» neste âmbito.

Em todo o mundo morrem anualmente mais de 335 mil trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho (12 mil dos quais crianças) e mais de 325 mil são vítimas de doenças profissionais.

Além dos mortos, todos os anos o número de trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou que contraem doenças profissionais atinge a «cifra astronómica» de 160 milhões, segundo a União Geral de Trabalhadores (UGT).

Nos países da União Europeia, em que Portugal se integra, perdem anualmente a vida em acidentes de trabalho entre seis a oito mil trabalhadores e mais de 10 milhões sofrem na sequência de sinistros laborais e de doenças profissionais.

«Portugal ocupa um triste primeiro lugar nas estatísticas europeias da sinistralidade laboral e das doenças profissionais, com particular incidência no sector mártir da



construção civil», realça a UGT, a propósito da Jornada Internacional, sob o tema «Recordar os mortos, lutar pelos vivos». Defendendo uma «cultura de prevenção desde os bancos da escola e com particular repercussão nas empresas», a UGT lança um desafio ao Governo português para que, em anos futuros, também se associe a esta Jornada Internacional, promovendo a sua comemoração a nível nacional.

Sampaio aponta Alianças empresariais são chave para crescimento

«As empresas portuguesas deviam formar alianças entre si ou com estrangeiras que permitissem aumentar a penetração dos produtos portugueses nos mercados externos e atrair investimentos estrangeiros para Portugal», desejou, no dia 4, o Presidente da República.

Falando sexta-feira para dezenas de empresários na cerimónia de comemoração dos 152 anos da Associação Empresarial de Portugal, em Santa Maria da Feira, Jorge Sampaio considerou que o aumento do investimento e das exportações pode ser influenciado pela política económica, mas depende mais da conjuntura internacional

e das decisões dos empresários. «Portugal precisa de mais investimento nacional e também de mais investimento directo estrangeiro relevante para apoiar e acelerar o nosso desenvolvimento económico», defendeu.

O chefe de Estado realçou o facto dos empresários portugueses deverem encarar o mercado espanhol como a continuação natural do mercado português, até porque «é quatro vezes maior e com um poder de compra também superior».

Porém, Sampaio sustentou que o movimento associativo e empresarial deve ser reforçado, autónomo e independente.

PARTIDO MAIS ABERTO E REJUVENESCIDO

O camarada António Guterres, na primeira intervenção que efectuou no Congresso do PS, manifestou-se disponível para «dar mais tempo» à vida do PS e anunciou um programa de acção com três pontos para tornar o partido «mais aberto e rejuvenescido».

«Estou inteiramente disponível para dar mais tempo à vida do partido», frisou o líder do PS na sua primeira intervenção no XII congresso dos socialistas. Guterres anunciou um programa de acção com três pontos que visa uma maior abertura à sociedade e o rejuvenescimento do partido. Lançar debates internos no partido e nas federações, abrir o gabinete de estudos aos jovens e a cidadãos independentes e criar um «novo e mais eficaz mecanismo de articulação entre o Governo, partido e Grupo Parlamentar» são os três pontos do programa anunciado pelo líder socialista. Por outro lado, o camarada António Guterres admitiu que o seu segundo mandato no Governo «não tem sido tão fácil como o primeiro», mas garantiu não se resignará e lutará para alterar a situação. «Recuso-me à facilidade. Recuso-me a



fechar os olhos ou a minimizar os problemas», acentuou o secretário-geral do PS na sua primeira intervenção no XII Congresso do partido. Guterres disse não se conformar com a situação actual e prometeu lutar ao lado dos militantes do PS para superar os problemas.

O líder socialista recordou, contudo, que o partido surge nas sondagens sempre à frente do PSD, apesar dos problemas. Na sua intervenção, sempre sob fortes aplausos dos congressistas, o camarada António Guterres manifestou-se disponível para se apresentar novamente a eleições

legislativas como candidato a primeiro-ministro. «Estou inteiramente disponível para as lutas do PS e para o bem do país, mas não estou agarrado ao poder», acentuou o líder socialista na sua primeira intervenção perante o XII congresso do partido. Guterres aproveitou a sua primeira intervenção no XII Congresso do PS para responder a alguns camaradas críticos. «Se querem notoriedade, candidatem-se às câmaras municipais», disse.

Partidos da oposição não são alternativa

O camarada António Guterres considerou ainda que o apoio do PS na sociedade portuguesa deve-se também à incapacidade dos partidos da oposição se apresentarem como alternativa. «Temos de ter a lucidez de perceber que parte do apoio que temos na sociedade portuguesa decorre da fraqueza dos nossos adversários», acentuou o secretário-geral do PS. Guterres considerou que esse factor dá ao PS a «responsabilidade de se modernizar para reconciliar os cidadãos com a vida política». «Só o PS está em condições de o fazer», salientou o líder socialista.

UNANIMIDADE EM TORNO DE GUTERRES

O presidente eleito do PS, camarada Almeida Santos, dedicou a sua intervenção no Congresso do partido ao elogio do secretário-geral, António Guterres, criticando os adversários pela «radicalização» do seu discurso. Saudando os militantes que «estão e os que não puderam estar» no XII Congresso do PS, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, Almeida Santos afirmou que pela sua «fé socialista» e outras qualidades, António Guterres «puxou o PS para a vitória» e para o Governo e que o partido «está em boas mãos». Quando o PS falhou por pouco a maioria absoluta nas últimas legislativas, os seus adversários políticos «foram à cabeça» e apontaram as críticas a António Guterres, afirmando que o seu Governo não faz reformas.

As reformas dos governos socialistas

Almeida Santos enumerou algumas das que



considera as principais reformas dos governos socialistas, desde a aplicação do rendimento mínimo garantido à aposta na ciência e nas novas tecnologias, passando pela reforma da educação pré-escolar. Antes de Almeida Santos, a presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa, Edite Estrela guiou os militantes numa série de aplausos a figuras socialistas, desde António Guterres ao histórico Mário Soares, dando mais uma vez o tom de unanimidade em torno da liderança do partido. A abrir, a camarada Edite Estrela avisou que não queria «ser notícia», porque para isso teria que «dizer mal» de António Guterres. Em vez disso, lembrou sondagens para afirmar que apesar dos analistas falarem em «pessimismo», os portugueses dariam hoje ao PS a maioria absoluta. Edite Estrela destacou o papel das bases do partido e dos autarcas socialistas, contra o «carreirismo» e «fatalismo» dos dirigentes do PSD. As críticas dos adversários e do partido devem ser «estímulo e ensinamento» para o PS, afirmou Edite Estrela.

SECRETARIADO NACIONAL COM 44 ELEMENTOS EFECTIVOS

A direcção do PS apresentou no dia 6 uma lista para a Comissão Nacional do partido com 315 elementos efectivos que implica a manutenção do Secretariado do partido (o órgão executivo) com um mínimo de 44 membros.

Confrontado com a presença de 315 efectivos (e não de 271) na lista para a Comissão Nacional do PS, o coordenador da Comissão Permanente, camarada Jorge Coelho, afirmou que este órgão continuará a ter 271 efectivos, já que na sua primeira reunião 44 deles irão transitar para o Secretariado Nacional.

Jorge Coelho reconheceu depois que o Secretariado Nacional «não será alvo de qualquer redução no número de elementos», continuando com 44 membros. «Mas vai haver uma redução da Comissão Permanente do PS», assegurou. Da lista da Comissão Nacional apresentada, entre os destacados militantes socialistas, apenas não constam os nomes do vice-presidente da bancada do PS Barros Moura, dos deputados Manuel Alegre e Helena Roseta, do ex-ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho e do empresário Henrique Neto.

Em relação à lista apresentada, o secretário-geral do PS, António Guterres, assumiu a responsabilidade da proposta, enquanto Jorge Coelho apontou a entrada de «50 elementos jovens», grande parte dos quais «nunca tinham tido participação activa na vida pública».

Ainda segundo o coordenador da Permanente, a lista para a Comissão Nacional «cumprirá o compromisso programático da paridade do PS, incluindo 25 por cento de mulheres nos lugares efectivos».

Em relação à ausência de Manuel Alegre da lista para o órgão máximo entre congressos, Coelho lamentou a decisão do vice-presidente da Assembleia da República de não querer integrar a proposta da direcção, mas manifestou-se confiante de que continuará a assumir «um papel



relevante nos combates do partido».

No que respeita à exclusão da deputada Helena Roseta, o dirigente socialista declarou que, em primeiro lugar, «não foi proposta pelas bases» e, num momento posterior, «o secretário-geral não decidiu propô-la».

Já quando confrontado com a saída do ex-ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho dos órgãos dirigentes, Jorge Coelho afirmou: «Como poderia Manuel Maria Carrilho estar numa lista, quando disse o que disse de António Guterres. Isso seria uma hipocrisia e uma desfaçatez para o próprio Manuel Maria Carrilho».

A seguir, o coordenador da Comissão Permanente do PS fez questão de sublinhar que «o partido tem de ter regras e uma linha de rumo», observou Coelho, antes de se assumir «como um dos maiores soaristas dentro do partido do Governo».

Na conferência de Imprensa, Coelho também deixou um recado aos jornalistas: «Vocês (jornalistas) têm dito que sou um crítico do Governo e também estou na lista para a Comissão Nacional do PS. É a prova que esta lista é plural», advogou.

Lista da Comissão Nacional e moção de Guterres com larga maioria

A única lista concorrente à Comissão Nacional do PS e a moção global apresentada pelo secretário-geral do partido, António Guterres, foram aprovadas por larga maioria.

A lista para a Comissão Nacional obteve 1715 votos favoráveis, 135 contra e 15 abstenções.

Já a moção global de estratégia de Guterres recebeu 1725 votos a favor, oito abstenção e um contra.



«ESTAMOS VIVOS!»

Num discurso que galvanizou os delegados, como já se esperava – e que terminou com um longo abraço a Guterres –, o camarada Jorge Coelho lamentou que nenhum dos adversários internos da direcção do PS tivesse apresentado moções ou candidaturas alternativas à do secretário-geral.

«Tenham coragem, assumam-se», gritou Coelho num discurso empolgante em que também houve lugar para um sentido agradecimento às bases do partido pela solidariedade que lhe deram após se ter demitido do Governo na sequência da tragédia de Entre-os-Rios.

Directo e incisivo, Jorge Coelho exortou os seus camaradas à «responsabilidade e ao respeito», caso contrário «ninguém nos leva

a sério no País».

«Não transformem questões políticas em divergências pessoais», apelou, prestando ainda homenagem ao autarca Mário de Almeida, para depois se afirmar seguro de que, nas próximas eleições autárquicas, o PS voltará a conquistar o maior número de câmaras e, por essa via, a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Ratificando a sua confiança no líder dos socialistas, Jorge Coelho frisou que o discurso inaugural de Guterres provou que os socialistas «têm partido e vão vencer». «Estamos vivos, com força e a oposição vai ter que trabalhar muito para nos vencer», gritou, arrancando uma eufórica ovação dos delegados ao congresso.

Votação em plenário Aprovadas 42 de 46 moções sectoriais

O XII Congresso do PS aprovou 42 das 46 moções sectoriais votadas em plenário pelos delegados.

Só em duas moções os votos tiveram de ser contados um a um, na de Helena Roseta, que exigiu a contagem, e numa moção sobre agricultura do militante Henrique Prior em que Almeida Santos achou necessário clarificar a votação, e que também foi rejeitada.

A moção da Secção do Porto sobre saúde que dirigia críticas à ministra da Saúde, Manuela Arcajo, foi rejeitada com votos contra das principais figuras do partido, mas registaram-se muitas abstenções.

De resto, as votações decorreram sem novidade, tirando um militante que no fim da votação à moção global de António Guterres surgiu da assistência com um cartaz em que apontava irregularidades com o Tribunal de Contas no Seixal.

O protesto improvisado num pedaço de cartão recolheu a atenção de um batalhão de fotógrafos e câmaras de televisão que de imediato o rodearam.

O inusitado manifestante acabou por ser conduzido para fora da sala por um elemento da organização.

No fim das votações, o presidente do partido, Almeida Santos, pediu uma série de votos de pesar, incluindo um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios.

Almeida Santos concluiu que foi «um bom congresso, vivo e participado», em que não houve «unanimismo», mas não faltou «coesão e unidade», dando lugar ao hino da Nova Maioria e ao discurso de encerramento de António Guterres.



TEMOS UM RUMO PARA PORTUGAL

O camarada António Guterres reiterou, mais uma vez, o não socialista ao poder pelo poder e assegurou ter consagrado e continuado a consagrar o seu Governo ao serviço das pessoas e do País. No final do XII Congresso do PS, o líder socialista lançou um repto contundente à oposição, chamando-a à responsabilidade política e recordou que acima dos interesses partidários está o interesse nacional.

No discurso de encerramento do XII Congresso Nacional do PS, que decorreu, nos dias 4, 5 e 6, no Pavilhão Atlântico, o camarada António Guterres afirmou, convicto e determinado: «Temos um rumo e uma estratégia para Portugal».

O líder socialista assegurou que seguirá esse rumo, colocando-o «ao serviço do bem-estar dos portugueses e do desenvolvimento do País».

O secretário-geral reiterou que uma «prioridade decisiva» do Executivo do PS será a aposta na formação e qualificação das pessoas para vencer a batalha da economia e da sociedade de informação.

Guterres considerou que o problema do País «não está no sistema educativo», mas sim no «nível muito baixo de qualificação das pessoas».

O secretário-geral do PS recordou que apenas 22 por cento dos portugueses concluíram o ensino secundário ou universitário. Por isso, fez questão de frisar como «grande objectivo» do Governo socialista a aposta na qualificação da população activa portuguesa.

A determinação em colocar «as pessoas em primeiro lugar» foi ainda exemplificada no discurso do primeiro-ministro com o anúncio do aumento dos abonos de família mais baixos.

O camarada Guterres avançou a notícia de que os abonos de família com valores entre 1,5 e quatro salários mínimos sofrerão um aumento de cerca de 15 por cento.

Na sua alocução aos congressistas e ao País, Guterres revelou que vai ser criado um escalão à parte para os abonos de família com valores entre 1,5 e quatro salários mínimos.

Segundo o chefe do Governo do PS, a criação do novo escalão permitirá um aumento do abono da ordem dos 15 por cento.

A criação do novo escalão seria anunciada esta semana pelo ministro do Trabalho e Solidariedade, Paulo Pedrosa, conforme revelou o líder socialista, justificando de seguida que «reforma fiscal está em progresso permanente».

Romper com o «bota-abaixo»

O primeiro-ministro dedicou boa parte da sua intervenção de 50 minutos a combater a ideia segundo a qual Portugal atravessa um



período de crise económica, propondo aos portugueses «um pacto de confiança».

Nesse sentido, rejeitou em absoluto qualquer descontrolo ao nível da inflação, disse que o crescimento económico nacional em 2000 apenas tinha sido inferior em 0,1 por cento em relação à média europeia e atribuiu a origem dos problemas às subidas das taxas de juro, do dólar norte-americano e do petróleo, a par com as recentes crises alimentares (vacas loucas e febre aftosa), que geraram um aumento dos preços de alguns bens alimentares.

António Guterres fez ainda questão de negar qualquer perigo com o crescente endividamento das famílias, tendo para o efeito invocado fontes bancárias para sustentar a tese de que o crédito duvidoso tem vindo a diminuir.

«Atiram-nos à cara com falsos problemas», protestou Guterres que não poupou exemplos para provar que Portugal está em boas mãos.

Foi no contexto do combate ao crescimento da despesa pública que o primeiro-ministro apontou a necessidade de a oposição viabilizar o Orçamento de Estado para o próximo ano.

Sem iludir as dificuldades da actual conjuntura económica do País, Guterres procurou fomentar o optimismo ao assegurar que «os problemas que Portugal enfrenta são temporais».

Sobre o futuro programa de controlo da despesa pública, o chefe do Executivo socialista apresentou como soluções o aumento do investimento público, a disponibilidade de o Estado contratualizar com o privado para atrair investimento estrangeiro e de empresários nacionais, e a aposta no crescimento das exportações portuguesas para Espanha.

«Espero que a oposição, sobretudo aquela que tanto clama pela redução da despesa pública, tenha no debate do Orçamento de Estado de 2002 uma atitude responsável, porque Portugal precisa de um clima de confiança e de estabilidade política», advertiu. Guterres não deixou passar a oportunidade de chamar os partidos da oposição à responsabilidade, recordando que «acima dos interesses político-partidários deve estar o interesse nacional».

«Espero que os partidos da oposição encarem o próximo Orçamento com sentido de responsabilidade, que não tenham a lógica do puro bota-abaixo, que não digam que votam contra propostas que não conhecem», frisou o secretário-geral socialista.

Superando as fragilidades

Mas a preocupação com o bem-estar dos cidadãos não se resumiu, no discurso do camarada Guterres, a questões económico-financeiras. A segurança constituiu um capítulo-chave da mensagem do secretário-geral.

Assim, numa breve abordagem à problemática da toxicodependência, o líder socialista informou que o ministro da Justiça tem em preparação «um conjunto de instrumentos duríssimos» para incrementar o combate e agravar as punições dos traficantes.

Respondendo às críticas recentes da Igreja Católica, o líder socialista alertou contra as injustas acusações de «laxismo» com que a sua equipa governativa se tem defrontado neste *dossier*.

Guterres disse recusar em absoluto essa caracterização, insistindo na tese de que o toxicodependente «é um doente e não um

criminoso».

«É inteiramente falso que a nossa política se resume à criação de salas de chuto», acrescentou.

Mesmo em relação às forças da oposição, o secretário-geral do PS não quis recorrer à violência verbal. Aliás, nem por uma única vez se referiu especificamente a um qualquer partido adversário dos socialistas.

António Guterres limitou-se a lembrar a existência de pessoas que criam «um ambiente de alarmismo» e que se revelam autênticos «profetas da desgraça».

Quanto à tragédia ocorrida em Fevereiro em Entre-os-Rios, matéria também subjacente às questões da segurança das infra-estruturas, o líder socialista reconheceu que o acidente deu a compreender a todos «a dimensão das fragilidades» nacionais.

Guterres rejeitou em absoluto os sentimentos de «depressão» e passou a mostrar o trabalho já em curso para proporcionar maior segurança aos cidadãos.

Disse então que, desde o acidente, já foram inspeccionadas 300 barragens e 254 pontes (32 delas com investigação debaixo de água).

À um nível mais global – o da saúde pública –, de acordo com o chefe do Governo, nos últimos meses, 65 medicamentos foram retirados do mercado, quatro laboratórios foram encerrados e realizaram-se mais de sete mil inspecções em estabelecimentos de comércio alimentar.

«Queremos uma nova cultura de responsabilidade e de exigência», sustentou, antes de salientar que «só o PS está hoje em condições de promover um pacto com todos os portugueses» no sentido de permitir ao País recuperar o seu atrazo estrutural em relação aos seus parceiros europeus.

FRANCISCO ASSIS

Autárquicas

EXORCIZAR VELHOS FANTASMAS

O líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) defendeu o diálogo e a aliança à esquerda para as próximas eleições autárquicas, apelando à não estigmatização dos críticos da direcção do partido.

Francisco Assis recebeu muitas palmas quando se queixou da «injusta assimetria no panorama político nacional, em que a direita está sempre pronta a unir-se para derrotar o PS, enquanto a esquerda continua prisioneira de velhos fantasmas».

Para o presidente do GP/PS, as coligações com o PCP «não podem reduzir-se à Câmara de Lisboa» e, sobretudo, justificam-se «porque as mudanças ocorridas nos últimos dez anos abriram novas perspectivas para o diálogo da esquerda».

Na parte dedicada às questões internas do PS, Assis advertiu que o congresso teria de ser «livre e plural, virado para as questões de futuro».

«Não pode acontecer que este congresso se antagonize com o PS, porque todos somos essenciais», avisou.



INTERVENÇÃO

Pina Moura afirma

REFORMA FISCAL MEXE COM INTERESSES INSTALADOS

O ministro da Economia, Pina Moura, garantiu no dia 5 que o Governo «tem estratégia» para aproximar Portugal da média europeia, destacando a reforma fiscal como «mensagem de determinação».

Pina Moura recordou que a oposição que há um ano criticava o PS por «não querer ou não ser capaz de fazer reformas» é a mesma que hoje critica o Governo socialista por «ser capaz de começar reformas», tanto na área fiscal como na segurança social.

Falando aos jornalistas após o início dos trabalhos do XII congresso do PS, o ministro das Finanças considerou «natural

ser alvo de críticas» numa altura em que está a mexer em «interesses instalados».

O ministro frisou que a reforma fiscal iniciada significa «menos impostos pagos por quem trabalha» e mais impostos para quem não paga ou «paga menos do que deve».

Pina Moura afirmou que se está a construir «uma economia mais competitiva e uma sociedade mais justa» para quem vive do trabalho. Em 2000, o contributo do trabalho na riqueza nacional atingiu 56,1 por cento, quando nos governos do PSD nunca ultrapassou os 53 por cento, garantiu Pina Moura.

INTERVENÇÃO

João Soares lembra

CONTRIBUTO INCONTORNÁVEL DO PS PARA O FIM DA DITADURA

O presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, lembrou na intervenção que efectuou no sábado, na abertura do XII Congresso o «contributo incontornável» do PS para o fim da ditadura.

No seu discurso, as primeiras palavras foram para Manuel Alegre, lembrando que «ele é a voz da liberdade».

Depois de sublinhar «o contributo incontornável» do PS para o fim da ditadura e as sucessivas vitórias eleitorais sob a liderança de António Guterres, João Soares advertiu que esses triunfos

também conferem uma maior responsabilidade ao partido do Governo. «Há que ir mais longe, porque o grau de exigência dos portugueses é hoje maior», sustentou o presidente da Câmara de Lisboa. João Soares avisou também que, ao fim de quase seis anos de Governo, «há uma tendência de alguns para adormecer» e, por outro lado, «há que identificar os oportunistas». «Sob a liderança de António Guterres, estou confiante que o PS obterá novas vitórias», concluiu o autarca da capital.

INTERVENÇÃO

Carrilho defende

UM PARTIDO MAIS CRIATIVO

O camarada Manuel Maria Carrilho lamentou, no sábado, na sua intervenção no XII Congresso do PS que se «crucifiquem» militantes que criticam a liderança do partido.

Num discurso que ultrapassou largamente o limite de três minutos fixado pelo presidente do partido, Almeida Santos, o ex-ministro da Cultura afirmou ter gostado de ouvir o discurso de abertura de António Guterres, moderando as críticas que fez de manhã ao secretário-geral.

«Gostei de ouvir o secretário-geral», disse, lamentando que não ter tido mais tempo para abordar a moção global «PS – Uma aposta de futuro» que Guterres apresentou.

No discurso de abertura do Congresso, Guterres foi duro com as vozes discordantes dentro do PS, desafiando-as a darem a cara pelo partido, candidatando-se nas eleições autárquicas.

Dirigindo-se aos delegados, Carrilho considerou surpreendente que se «crucifiquem militantes em congresso» que no fundo partilham e defendem «com desapego» os objectivos de mudança avançados pela liderança do PS.



Carrilho afirmou que não há pluralidade quando se «estrangula a palavra das pessoas».

Manuel Maria Carrilho criticou alguns aspectos da governação e do PS e defendeu um partido «mais aberto, dinâmico e criativo» e um Governo «mais ousado», que «passe à acção».

Rejeitada moção de Helena Roseta sobre aborto

O XII Congresso do PS rejeitou a moção de Helena Roseta sobre a despenalização do aborto.

Após uma primeira votação, Helena Roseta exigiu a recontagem dos votos, alcançando 659 votos contra, 411 a favor e 267 abstenções.

Quando o resultado foi anunciado, os delegados dividiram-se entre aplausos e assobios.

Da mesa do Congresso, apenas votaram a favor o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, a deputada europeia Elisa Damião e a secretária-geral da Juventude Socialista, Jámila Madeira.



Comissão Nacional do Partido Socialista Lista «PS – Uma aposta de futuro»

**Efectivos
Quota Nacional**

Acácio Barreiros
Afonso Abrantes
Afonso Candal
Afonso Lobão
Agostinho Santos
Aires de Carvalho
Alberto Antunes
Alberto Costa
Alberto Martins
Alexandre Delgado
Alexandre Rosa
Aloísio Fonseca
Amélia Brito Henrique Ferreira
Ana Benavente
Ana Catarina Mendes
Ana Couto
Ana Madeira Antunes
Ana Mascarenhas
Ana Paula Costa
Ana Paula Marques
Ana Sofia Gonzalez
Ângela Pinto Correia
Antero Rodrigues Soares
Antero Gaspar
António Braga
António Campos
António Ceia da Silva
António Costa
António Dias Maximino
António Galamba
António José Seguro
António Magalhães
António Manuel Batista
António Reis
António Reis (B)
António Saleiro
António Vitorino
Armando França
Armando Vara
Arons de Carvalho
Artur Penedos
Augusto Ferreira Guedes
Augusto Santos Silva
Barbosa de Oliveira
Barbosa Ribeiro
Bernardo Martins
Cândida Cavaleiro Madeira
Capoulas Santos
Carla Gaspar
Carlos Bernardes
Carlos Candal
Carlos César
Carlos Cordeiro
Carlos Lages
Carlos Luis
Carlos Trindade
Carlos Tuta
Carlos Zorrinho
Carolina Tito de Moraes
Catarina Resende
Conde Rodrigues
Correia de Campos
Custódia Fernandes
Delmiro Carreira
Dias Baptista
Dionísio Sousa
Domingos Bragança
Duarte Caldeira
Duarte Santos
Edite Etrela
Eduardo Castro
Eduardo Cabrita



Eduardo Pereira
Eduardo Vitor Rodrigues
Elisa Damião
Elizabete Azevedo
Emanuel Jardim Fernandes
Emanuel Martins
Ernesto Ferreira
Ernesto Silva
Eurico Dias
Fátima Campos
Fátima Felgueiras
Fausto Correia
Fernanda Costa
Fernando Cerqueira
Fernando Gomes
Fernando M. Manata
Fernando Menezes
Fernando Miranda
Fernando Moniz
Fernando Riesemberg
Fernando Rocha Andrade
Fernando Serrasqueiro
Ferraz de Abreu
Ferro Rodrigues
Fialho Anastácio
Filipe Costa
Francisco Assis
Francisco George
Francisco Mesquita Machado
Francisco Paula Cardoso
Francisco Rocha
Gonçalo Velho
Graça Sabugueiro
Guilherme Pinto
Guilhermino Rodrigues
Helena Torres Marques
José Calisto
Henrique Coelho
Horácio Antunes
Humberto Daniel
Idália Moniz
Irene Lopes
Isabel Sena Lino
Isabel Vigia
Isabel Zacarias
Ismael Fonseca
Jaime Gama
Jamilia Madeira
Joana Leitão Brros
Joana Lima
João Avelino Noronha

João Benavente
João Campos
João Carlos Silva
João Cravinho
João Fernandes
João Fragoso
João Galinha Barreto
João Luís Costa Nunes
João Paulo Pedrosa
João Prouença
João Rui Almeida
João Soares
João Tinoco Faria
Joaquim Barreto
Joaquim Couto
Joaquim Mourão
Joaquim Pina Moura
Joaquim Raposo
Joaquim Vairinhos
Joel Hasse Ferreira
Jorge Coelho
Jorge Gonçalves
Jorge Lação
Jorge Martins
Jorge Seguro Sanches
Jorge Strech
José António A. Santos
José António Contente
José Araújo
José Campos
José Carlos Lavrador
José Conceição
José Emilio Moreira
José Ernesto Oliveira
José Junqueiro
José Lamego
José Leitão
José Lello
José Lemos
José Luís Cerneiro
José Luís Catarino
José Manuel Antunes
José Manuel Carpinteira
José Manuel Epifânias
José Miguel Boquinhas
José Miguel Medeiros
José Mota
José Neves
José Nicolau
José Penedos
José Pontes

José Reis
José Ribeiro
José Rodrigues
José Rosa do Egípto
José Sampaio Lopes
José Saraiva
José Sócrates
José Valente
José Vera Jardim
Jovita Matias
Laurentino Dias
Leonel Fadigas
Leonete Aguiar
Leonor Coutinho
Luís Carito
Luís Coelho
Luís Martinho
Luís Nazaré
Luís Parreirão
Luís Patrão
Luís Pedro Martins
Luís Pinto
Luís Pires
Luís Pitta Ameixa
Luís Vaz
Luís Vilar
Luísa Orvalho
Mafalda Troncho
Manuel dos Santos
Manuel Jerónimo
Manuel Machado
Manuel Malícia
Manuel Mata Cáceres
Manuel Porfírio Vargues
Manuel Santos Jorge
Manuel Santos Serra
Manuel Seabra
Manuel Travessa de Matos
Marco Martins
Marcos Perestrello
Margarida Freitas
Margarida Ramos de Carvalho
Maria Aline Caetano
Maria Amélia Antunes
Maria António Almeida Santos
Maria Carmo Romão
Maria Carrilho
Maria Celeste Correia
Maria Da Graça Peixoto
Maria da Luz Rosinha
Maria de Belém

Maria de Lurdes Rebelo
Maria do Carmo Borges
Maria do Céu Sousa Fernandes
Maria Emilia Almeida F. Santos
Maria Helena André
Maria Imaculada
Maria Irene Veloso
Maria Joana Cruz
Maria Lurdes Flávio
Maria Manuela Augusto
Maria Margarida Rodrigues
Maria Piedade Murta
Maria Rosalina Santos
Maria Santos
Mário Almeida
Mário Caldeira Dias
Mário Lourenço
Marques Júnior
Marques Miranda
Medeiros Ferreira
Miguel Coelho
Miguel Ginstal
Miranda Calha
Mota Andrade
Mota Torres
Narciso Miranda
Natalina Moura
Nelson Carvalho
Nelson Cunha Correia
Nóberto Patinho
Nuno Baltazar Mendes
Nuno Ferreira Silva
Olga Bataglia
Olga Maia
Olga Raposo
Oliveira e Silva
Orlando Gaspar
Orlando Mendes
Oscar Gaspar
Oswaldo de Castro
Patrícia Ribeiro
Paula Alves
Paula Cristina Guimaraes
Paulo Duarte Gouveia
Paulo Caldas
Paulo Fonseca
Paulo Neves
Paulo Pedroso
Pedro Coelho
Pedro Farmhouse
Pereira Dias

XII CONGRESSO DO PS

Pereira Júnior
Pinto Simões
Renato Sampaio
Ricardo Bexiga
Ricardo Castanheira
Rita Mendes
Rita Pestana
Rogério Gaspar
Romana Maria Romão
Rosa Albernaz
Rosa do Céu
Rosalina Martins
Rui Alberto Caetano
Rui Cunha
Rui Marqueiro
Rui Oliveira e Costa
Rui Paulo Figueiredo
Rui Pereira
Rui Santos
Rui Solheiro
Sandra Lameiras
Santinho Pacheco
Sérgio Ávila
Sérgio Sousa Pinto
Sónia Fertuzinhos
Susana Martins
Telma Leitão
Teodoro Freire
Teresa Alegre Portugal
Teresa Almeida
Tito Evangelista
Tomás Vasques
Torres Couto
Umberto Pacheco
Vanda Lourenço
Vasco Cordeiro
Vasco Franco
Vitalino Canas
Vitor Batista
Vitor Freitas
Vitor Hugo Sequeira
Vitor Ramalho

Suplentes Quota Nacional

João Cunha
Arnaldo Silva
Adriano Venceslau
Martinho Gonçalves
Eduardo Chagas
Macieira Antunes
Paulo Parreira
Joaquim Zeferino
Gavino Paixão
Wanda Guimarães
José Arruda
Reinaldo Silva
Alice Martins
Carlos Marques
Jacinto Martins
Jorge Santos
Joaquim Martins
Luís Lopes
Luísa Ferreira
Manuel da Silva
Mário Mourão
Pato Ribeiro

Açores

Hernâni Jorge
João Castro
Isabel Nobre
Maria Helena Viveiros
Francisco Coelho
Auxiliadora Santos

Aveiro

Raul Martins
Maria Fátima Ferreira
Aníbal Gouveia
Rui Brito
Margarida Gariso
Jacinto Martins
Manuel F. Valente

Braga

Alfredo Cardoso
Ricardo Gonçalves
Raul Rocha
José Gomes
António Ramalho
Maria do Carmo
Neves de Carvalho
Alice Mendes
Maria José Gonçalves
Isabel Tinoco Faria
Isabel Coutinho
Sónia Maria Silva
Maria Teresa Leitão
José Manuel Guerra

Bragança

Aires Ferreira
José Miranda
Júlio Relhas
Goretti Carneiro

Castelo Branco

Maria do Carmo Sequeira
João Paulo Farinha
Cristina Granado
Hélio Fazendeiro

Coimbra

Carlos Beja
Jorge Bento
João Reigota
Teresa Coimbra
Fernando Carvalho
José Girão Vitorino
Manuel Claro
Horácio Pedrosa
Rui Crisóstomo
Mendes Lopes
José Alberto
Fernanda Pimentel
Rui Silva

Évora

Fernanda Ramos
José Alberto Fateixa Palmeiro
Maria Nazaré Lança

Faro

Francisco Leal
Vitor Aleixo
António Murta
Arsénio Cartuna
Manuel da Luz
Manuela Neto

FAUL

José Augusto Barros
Manuel do Carmo Mendes
Alexandre Aguiar Faria
Maria de Fátima Gonçalves

Joaquim Reis Marques
Coelho Antunes
Jacira Fonseca
Fernando Dias Curto
Maria Teresa Gomes
José António Franco
Maria Isabel Galvão
José Miguel Sebastião
Luís Filipe Gestas
João Pinheiro
Flávio Fonte
Natércia Constâncio
Jorge Napoleão
Jorge Costa
Carlos Cosmeli
Carlos Rodrigues dos Santos
Belarmino Silva
Ana Sara Brito
Vitor Carola
Fernando Paulo Ferreira
Francisco Vale Antunes
Carlos Lérias
João Breia
Alcina Trindade
José Luís Rabaça
Paulo Marques
Domingos Quintas
Jaime Garcia
Armando Paulino Domingos
Guilherme Guimarães
Vanda Lourenço
Sílvinio Lúcio

FRO

Ana Carvalho
João Duarte

Guarda

José António Monteiro Moutinho
Marta Dinis
José Amaral Veiga
José Afonso Vaz

Leiria

Delfim Azevedo
Isabel Gonçalves
José António Canha
Ana Paula Noivo
Maria de Lurdes Farinha
João Pedro Correia

Madeira

João Ladeira
Carla Rabim
Filipe Sousa
Francisco Dias
Mafalda Gonçalves
Leonardo Silva Santos

Portalegre

Amílcar Santos
António Luís Ribeiro
Francisco Camilo

Porto

Orlando Magalhães
Afonso Paixão
Jorge Catarino
José Neves
Agostinho Gonçalves
Geraldina Neto
Mário Gomes

José Alberto Sousa
Alcina Meireles
Carlos Borego
Celestina Silva
Alberto Silva
Dulce Maria Santos
Fernando Jesus
Joaquim Sá
Amadeu Meneses
Diomar Santos
José Tunes
Joaquim Gonçalves
Arménio Martins
Cláudia Moreira
José Vieira
Maria Conceição Santos
José Ribeiro
Daniel Alberto Maia
Fátima Rocha
José Manuel Azevedo
Osvaldo Pinho
Otilia Moreira Areal
Maria Rosa
Fernando Peixoto
Adalberto Santos Seco
Maria do Céu Pato
Fernanda Amaral
Maria Luz Pereira
Helena Vez Pinto
José Manuel Correia
Miguel Ângelo
Marta Sofia Viana

Santarém

Manuel Afonso
João Paulo Almeida
Sílvinio Sequeira
Isabel Costa
António Rodrigues
José Mendes
Armindo Bento
Mafalda Fonseca

Setúbal

José Inocêncio
Vitor Valle
Sérgio Calhau
Jorge Mares
Acácio Lopes
Carlos Amândio
Honorina Silvestre
Manuel Afonso
Vitor Figueiredo
Ricardo Ribeiro
Edite Coelho

Viana do Castelo

Dora Abreu Brandão
Agostinho Freitas
Jorge Fão
Jorge Gama
Ana Paula Barros
Vassalo de Abreu

Vila Real

Ema Gonçalo
José Abraão
Maria Edite Sousa

Viseu

Acácio Pinto
Carlos Diogo Pires
José Manuel Pereira Pinto

Mário Caetano Ferreira
José Lopes Correia
António Barreiros
Conceição Raposo
Lina Maria Almeida Santos

Benelux

Manuel Ó Nobre
Joana Benzinho
Gracinda Maranhão
Fernando Araújo

França

Fernando Raul Portugal
Rui Pereira

Comissão Nacional de Jurisdição

Presidente

António Ramos Preto

Efectivos

António Gameiro
Gualter Basílio
João Serrano
Joaquim Brandão
Helena Ribeiro
Roque Lino
Teresa Heimans
António Martinho
Armando Reis
Alzira Serrasqueiro
Ana Leonor Pereira
José Cabeças
Luís Cunha
Vicente Mendes

Suplentes

Sebastião Garcia
Maria José Matos
Fátima Ferreira
Benjamim Lousada
Paula Silva
Fernando Moreira
Paulo Marques

Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

Presidente

Carlos Antunes

Efectivos

Carlos Frazão
Rodrigo Oliveira
Vitor Cunha
Jorge Cosme
Conceição Conde Silva
Gertrudes Jorge

Suplentes

Arcos dos Reis
Armando Pereira
Isabel Guerreiro
Maximino Morais
Francisco Grade
João Aceiro

EXECUTIVO AFINA PRIORIDADES

A equipa ministerial chefiada por António Guterres quer desenvolver uma política integrada de apoio à inovação no quadro das políticas europeias e nacionais sobre competitividade, inovação e coesão.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, dia 3, em Lisboa, durante a reunião semanal do Conselho de Ministros.

O diploma aprovado visa desenvolver um programa integrado de apoio à inovação, adoptando uma Agenda para a Inovação em Portugal em torno de quatro grandes eixos: promover a iniciativa e a inovação empresarial visando responder ao novo quadro global e europeu; reforçar a formação e a qualificação da população portuguesa; impulsionar o enquadramento geral favorável à inovação; e dinamizar o funcionamento do sistema de inovação em Portugal.

A especificação das acções a promover relativamente a cada um destes quatro objectivos gerais deve visar, nomeadamente:

- desenvolver novas formas de internacionalização mais adaptadas à economia global, reforçar o tecido empresarial com base em *clusters*, promover o espírito de iniciativa e a I&D de base empresarial, multiplicar a difusão de novas soluções assente na qualidade, assim como nas redes de informação e de serviços às empresas que sejam mais intensivos em conhecimento;
- intensificar a formação dos perfis



profissionais ligados aos factores críticos de competitividade e acelerar a difusão de diplomados no tecido empresarial, e, simultaneamente, desenvolver novas metodologias de aprendizagem ao longo da vida, alargando a todos as possibilidades de acesso à educação e à formação;

- promover uma cultura de inovação, desenvolver a sociedade da informação, reforçar e internacionalizar o potencial científico, diversificar as formas de financiamento, reformar os serviços públicos e enquadramento jurídico e praticar uma política de desenvolvimento

regional que estimule o potencial de inovação de cada território;

- proceder a uma definição mais precisa das missões específicas a assumir pelas diferentes entidades constituintes do sistema de inovação, reforçar os interfaces e promover a sua cooperação com parceiros internacionais.

Com base nesta visão integrada, um aspecto central desta política horizontal dirigida à inovação terá de consistir na definição de focos e de projectos concretos em que se devem concentrar esforços, ou seja, na identificação politicamente orientada de um número restrito de opções

para a economia e a sociedade portuguesas que, minorando os riscos de erro, lhe permitam colocar-se em melhor posição face ao contexto mundial e europeu.

O acompanhamento da concretização deste programa, na perspectiva mais geral da estratégia do Conselho Europeu de Lisboa, será assegurado através de um sistema a criar pelo Executivo socialista, tendo em vista a adaptação e afinação das prioridades das políticas nacionais.

O Conselho de Ministros reunirá periodicamente para analisar os progressos alcançados em matéria de política integrada de apoio à inovação e para decidir sobre as acções a empreender neste campo.

O acompanhamento da Estratégia de Lisboa será apoiado ao nível técnico por uma comissão interministerial composta por representantes pessoais do primeiro-ministro e de cada um dos ministros.

O desenvolvimento do Programa Integrado ao nível técnico por uma comissão interministerial, composta por representantes pessoais de António Guterres e de cada um dos membros da sua equipa ministerial.

O Governo promoverá a actualização periódica da Agenda para a Inovação em Portugal, tendo em vista a evolução das condições concretas assim como os contributos da sociedade civil para o seu aperfeiçoamento.

PLANO REGIONAL PARA TRÁS-OS-MONTES

O Governo aprovou o Plano Regional de Emprego para Trás-os-Montes e Alto Douro (PRETMAD), na sequência do Plano Nacional de Emprego.

A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada, no dia 3, em Lisboa.

Na fase actual, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, apesar de não enfrentar um problema de desemprego com a densidade e consequências que motivaram a aprovação dos Planos Regionais de Emprego para o Alentejo e Área Metropolitana do Porto, depara-se com problemas no seu sistema de emprego que, segundo o Executivo, justificam a promoção de um Plano Regional de Emprego com um conteúdo fundamentalmente preventivo, estimulando a criação de emprego e tendo como pano de fundo a valorização e fixação das pessoas na região coberta pelo PRETMAD. O PRETMAD visa mobilizar e, quando necessário, adaptar de modo racional os

instrumentos de política de emprego, no espírito da Estratégia Europeia para o Emprego, contribuindo para a criação líquida de emprego, apoiando a iniciativa económica na região e a construção de respostas formativas que permitam sustentar dinamicamente essas iniciativas e um esforço adicional de promoção da coesão social na região.

Em função dos objectivos estratégicos deste plano, apontam-se como principais metas a atingir:

- Assegurar, progressivamente até 2006, a todos os jovens até aos 30 anos, recém-diplomados que não pretendam prosseguir a sua formação, uma oportunidade de emprego ou de transição para a vida activa antes de perfazerem três meses de inscrição como desempregados nos Centros de Emprego da região;
- Assegurar às pessoas em situação de desfavorecimento e que estão em condições de encetar esses processos, em particular os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, uma oportunidade, pelo

menos uma vez em cada 12 meses, de emprego ou de melhoria da empregabilidade;

- Assegurar, progressivamente, que até 2004 todos os jovens até aos 18 anos de idade residentes na região, quer se encontrem ou não em situação de trabalho, possam frequentar percursos de educação ou de formação que permitam a obtenção de níveis crescentes de escolaridade ou de qualificação profissional, devidamente certificados;

- Início anual de 100 acções de formação no âmbito do Sistema de Aprendizagem, abrangendo no total cerca de 1500 jovens em cada ano;

- Criação de 100 postos de trabalho/ano, através de incentivos à criação de empresas de inserção ou de outras modalidades de emprego apoiado;

- Assegurar que pelo menos 25 por cento da população desempregada na região é abrangida todos os anos por medidas activas de emprego;

- Criação de um Centro de Competência

em cada capital de distrito (Vila Real e Bragança) com vista a prestar assistência técnica às empresas, a fomentar o espírito empreendedor e apoiar o desenvolvimento local e a criação de emprego, apoiados nas Tecnologias da Comunicação e em equipas interdisciplinares com formação específica nesta área;

- Envolver 150 empresas por ano em acções de consultoria em gestão para empresários, de modo a se promoverem as competências técnicas indispensáveis à gestão dos recursos humanos e ao desenvolvimento de processos de inovação no tecido empresarial da região;

- Attingir 150 empresários e gestores por ano em acções de formação na óptica do desenvolvimento empresarial, da inovação e da qualificação do tecido empresarial;

- Criação de um Pólo de Formação em Lamego em 2002;

- Criação de um CyberCentro em Bragança, prevendo-se a assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Bragança.

BENEFÍCIOS FISCAIS NO IRC

O Executivo socialista deu carta branca, no dia 3, a um diploma que altera o decreto-lei de 1997 que concede benefícios fiscais aos sujeitos passivos do IRC que realizarem despesas com investigação e desenvolvimento.

Este diploma vem alterar o regime dos incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento pelos sujeitos passivos de Imposto de Rendimentos Colectivos que exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

As alterações introduzidas decorrem da necessidade de aprofundar o regime actualmente vigente, de modo a que o mesmo possa continuar a contribuir para o crescimento da actividade de I&D (Investigação e Desenvolvimento) no tecido empresarial nacional.

Desde a entrada em vigor do decreto-lei n.º 292/97, de 22 de Outubro que se tem assistido a um aumento da declaração de despesa realizada em actividades de I&D. É esse caminho que o Governo do PS visa continuar a prosseguir.

Os sujeitos passivos de IRC referidos podem deduzir ao montante apurado nos termos do artigo 71.º, n.º1 alínea a), e até à sua concorrência, o valor correspondente às despesas com I&D, na parte que não tenha sido objecto de comparticipação financeira do Estado a fundo perdido, numa dupla percentagem: uma taxa de base das despesas realizadas e uma taxa incremental das despesas realizadas em relação à média aritmética simples dos dois exercícios anteriores, até um limite.



As taxas referidas eram a até agora, respectivamente 8 e 30 por cento e passam a 20 e 50 por cento. O limite era de 50 mil contos e passa a 100 mil contos.

Por outro lado, as despesas que, por insuficiência de colecta, não possam ser deduzidas no exercício em que foram realizadas passam a poder ser deduzidas até ao sexto exercício imediato em vez de, como actualmente sucede, até ao terceiro. Além destas alterações introduzem-se ligeiras modificações no elenco das despesas dedutíveis, não se considerando como tal as despesas com aquisição de terrenos e explicitando-se que os

contributos elegíveis para fundos destinados a financiar I&D abrangem, também, o financiamento da valorização dos seus resultados.

Reforçar I&D

Ainda na área da inovação, a equipa governamental dirigida pelo camarada António Guterres aprovou uma resolução que adopta medidas tendentes ao incremento da actividade de investigação científica e desenvolvimento tecnológico nas empresas públicas, nas empresas participadas e nas entidades públicas

empresariais.

Este diploma estabelece que os representantes do accionista Estado nas empresas públicas, nas empresas participadas e nas entidades públicas empresariais devem actuar no sentido de contribuir para o reforço da respectiva actividade de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, designadamente contribuindo para que em cada uma dessas empresas se verifique o estabelecimento de metas de crescimento do orçamento dedicado a actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico; um reforço do emprego qualificado do ponto de vista científico e técnico, o reforço da capacidade própria de natureza científica e técnica, designadamente da capacidade própria de engenharia e das actividades de investigação e desenvolvimento; e a autonomização da categoria «Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico» nos instrumentos que regem a actividade das empresas ou a relatam, tais como, orçamentos, planos e relatórios de actividade ou documentos de prestação de contas.

Trata-se de contribuir para o reforço a actividade de I&D das empresas públicas, empresas participadas e entidades públicas empresariais, prosseguindo o esforço que nesse sentido tem vindo a ser desenvolvido e que tem permitido que, desde 1995 se assista a um aumento da investigação empresarial. Visa-se contribuir para que a actividade de I&D empresarial suba para os níveis verificados em outros países da União Europeia.

REFORMAR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE INVESTIGAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, uma resolução que confere mandato a diversos membros do Governo para proporem medidas tendentes aos aprofundamento e aceleração do processo de reforma das instituições públicas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Este diploma confere mandato aos ministros da Ciência e da Tecnologia, das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública para propor ao Conselho de Ministros medidas tendentes ao aprofundamento da reforma das instituições públicas de investigação em matéria de gestão financeira e patrimonial e de gestão de recursos humanos.

Mandatam-se os referidos governantes também para propor a criação de um fundo

de apoio à reforma e desenvolvimento acelerado das instituições públicas de investigação.

Aos trabalhos destes membros do Executivo serão associadas as tutelas dos laboratórios do Estado e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) sempre que as questões a tratar envolvam as instituições que representam. O Executivo socialista pretende, assim, criar as condições para acelerar e aprofundar o processo de reforma das instituições públicas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em curso, caminhando no sentido do reforço da respectiva autonomia e da criação das condições necessárias ao desenvolvimento eficaz da sua actividade.

O referido processo foi iniciado com a

avaliação independente a que foi sujeito todo o sector na sequência do qual foram já adoptadas diversas medidas, de que se destacam o diploma enquadrador da actividade das instituições de investigação e desenvolvimento, o diploma relativo à carreira de investigação científica ou o diploma definidor do estatuto do bolsheiro de investigação científica.

Captar capitais estrangeiros

O Governo decidiu igualmente adoptar medidas tendentes à atracção de investimento estrangeiro de base tecnológica.

O diploma confere mandato aos ministros da Economia e da Ciência e da Tecnologia para dinamizarem uma política de

captação de investimento estrangeiro intensivo em tecnologia, determinando ainda que o ICEP e a Agência de Inovação preparem um plano de acção destinado à concretização daquele objectivo.

Trata-se de criar condições para atracção para Portugal de investimento internacional de maior conteúdo tecnológico, tirando partido, por uma lado, da evolução da economia mundial assente numa crescente globalização e na disseminação das novas tecnologias de informação que abre novas possibilidades de localização de investimento e, por outro lado, pela evolução recente da economia portuguesa e melhoria das condições de atracção de investimento, nomeadamente traduzidas na criação de infra-estruturas ou no reforço da qualificação profissional da população portuguesa.

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

Ensino «especial» será sujeito a processo de acreditação

A secretária de Estado da Administração Educativa, Maria José Rau, reconheceu, no dia 9, em Leiria, que o sistema de ensino português «ainda não está preparado para uma integração completa dos deficientes».

Durante um seminário promovido pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD) sobre a «Inclusão: interação com a diferença», Maria José Rau admitiu que «algumas escolas não possuem todos os recursos físicos, nem professores em número suficiente para garantir todas as condições aos deficientes».

Segundo a governante, o Ministério da Educação vai avaliar e acreditar os cursos de formação de docentes do ensino especial de forma a «garantir a qualidade dos professores» nesta matéria.

Maria José Rau defendeu que todos os cursos de formação geral de professores «devem ter uma componente que ensine a lidar com problemas de aprendizagem» e o número de docentes nas escolas vai ser aumentado para «dar apoio a crianças que, transitoriamente, têm dificuldades de aprendizagem, às vezes motivadas por questões conjunturais».

Alguns dos problemas existentes em Portugal devem-se, no entender da secretária de Estado, à insuficiência de professores especializados em ensino especial, existindo «casos de formação que têm demasiada teoria e muitos cursos que ainda não estão acreditados».

CULTURA

Novo Arquivo Distrital de Setúbal

O ministro da Cultura, José Sasportes, inaugurou, no dia 4, o Arquivo Distrital de Setúbal e visitou o Convento de Jesus, dois equipamentos culturais que vão custar mais de três milhões de contos ao seu Ministério.

Acompanhado pelo edil Mata Cáceres e pelo conservador do Museu de Setúbal, Fernando António Baptista Pereira, Sasportes começou por visitar o Convento de Jesus, onde se inteirou de alguns aspectos do projecto de recuperação, estimado em 2,5 milhões de contos, que vai ser financiado pelo Ministério da Cultura.

Tal como estava previsto, a cerimónia de inauguração do Arquivo Distrital de Setúbal, testemunhada por centenas de convidados, foi o ponto alto da visita do titular da pasta da

Cultura à capital sadina.

Trata-se de um edifício construído de raiz em terreno cedido pela autarquia na principal zona de expansão da cidade de Setúbal, nas Manteigadas, com o objectivo de substituir o antigo Arquivo Distrital, que funcionava em condições precárias num prédio de habitação, no centro da cidade.

O novo Arquivo Distrital de Setúbal, cujo investimento foi de 600 mil contos, dispõe de uma sala de leitura para 35 pessoas, sala de leitura para microfílm, uma área de tratamento da documentação (higienização, preservação, reformatação, desinfestação, trabalho e condicionamento, e com quatro pisos destinados a depósitos com capacidade para cerca de 12.900 metros lineares de documentação.

DEFESA

Voto laranja é crucial para reforma legal

O ministro da Defesa, Castro Caldas, afirmou, no dia 8, em Tavira, que o voto dos deputados do PSD é essencial para que se possa alterar a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

«Estou convencido que o PSD, cujo voto é necessário para que as alterações à lei (Defesa Nacional) sugeridas pelo Governo sejam introduzidas, possa reconhecer a racionalidade dos argumentos da proposta governamental», disse o ministro a propósito do controverso artigo 31 da lei.

Este artigo, que estabelece as restrições ao exercício dos direitos de reunião, manifestação, expressão, associação, petição colectiva e capacidade eleitoral passiva, está em discussão no Parlamento, tendo em vista aumentar os direitos dos militares.

O governante disse tratar-se de uma norma que necessita do voto de dois terços dos deputados com assento parlamentar. «Portanto, o voto do PSD é essencial nesta matéria para que a reforma se possa fazer», explicou.



FINANÇAS

Revisão salarial seria enorme erro

O ministro das Finanças afirmou, no dia 4, que a revisão das tabelas salariais, por causa da derrapagem da inflação deste ano, «não faz sentido e seria um enorme erro».

Pina Moura, que falava numa conferência da CMVM sobre «Os Novos Desafios para o Mercado de Capitais», declarou ser necessária a manutenção «de um rumo firme e de um comportamento determinado», recusando «qualquer possibilidade de uma revisão salarial». Uma medida desse tipo «apenas falsamente compensaria as tensões inflacionistas, de origem conjuntural», pelo que «é este (recusa de revisão das tabelas) o caminho que levaremos até ao fim».

O governante acrescentou que «a economia portuguesa vive um processo de crescimento em desaceleração, devido à evolução das condições externas e a uma opção de política económica interna», afirmando, no entanto, querer deixar «uma mensagem de optimismo realista», para a evolução da situação económica.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Pôr os portugueses a discutir a União Europeia

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, anunciou, no dia 9, que o Governo vai promover na sociedade portuguesa um grande debate sobre a reforma da União Europeia (UE).

À discussão em Portugal vão estar questões como o alargamento da União Europeia, reforma institucional e defesa comum, garantindo Jaime Gama que o Governo é «inequivocamente a favor do alargamento», pelo qual Portugal tem insistido junto dos parceiros na União e dos países candidatos.

O ministro referiu haver indícios de que o alargamento é apoiado por largos sectores da sociedade civil portuguesa e as principais resistências à adesão de novos membros não são provenientes dos beneficiários do fundo de coesão.

A propósito do impacto do alargamento nas políticas estruturais da UE, Gama frisou ainda ser imprescindível para Portugal que a União Europeia não diminua o seu empenho nas políticas estruturais e de coesão, bem como na política regional após os primeiros alargamentos.

Sobre os custos do alargamento, Jaime Gama defendeu que estes terão de ser suportados numa base equitativa, mas as vantagens políticas e mesmo económicas serão sempre superiores a eventuais custos inerentes a uma União com 25 ou mais estados membros. Gama, que na passada quarta-feira interveio no seminário «Alargamentos: Identidade Europeia e Governança», organizado pelo jornal «Público» e pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, acalentou ainda o desejo de que a Assembleia da República reflita a fundo sobre o papel dos parlamentos nacionais.



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 3 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

Uma resolução que aprova o desenvolvimento de uma política integrada de apoio à inovação no quadro das políticas europeias e nacionais sobre competitividade, inovação e coesão;

Um diploma que altera o decreto-lei que concede benefícios fiscais aos sujeitos passivos do IRC que realizarem despesas com investigação e desenvolvimento;

Uma resolução que adopta medidas tendentes ao incremento da actividade de investigação científica e desenvolvimento tecnológico nas empresas públicas, nas empresas participadas e nas entidades públicas empresariais;

Uma resolução que confere mandato a diversos membros do Governo para proporem medidas tendentes aos aprofundamento e aceleração do processo de reforma das instituições públicas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico;

Uma resolução que adopta medidas tendentes à atracção de investimento estrangeiro de base tecnológica;

Uma resolução que aprova o Plano Regional de Emprego para Trás-os-Montes e Alto Douro (PRETMAD), na sequência do Plano Nacional de Emprego;

Um decreto-lei que prorroga até 31 de Dezembro de 2005 o prazo estabelecido no artigo único do decreto-lei n.º 203/95, de 3 de Agosto, que permite a publicidade ao tabaco em provas desportivas de automobilismo integradas no campeonato do mundo e da Europa;

Um decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a área do Plano de Pormenor do Núcleo de Aguaiuva, em elaboração, delimitada na planta anexa ao presente diploma que dele faz parte integrante;

Um decreto que aprova o acordo de cooperação jurídica e judiciária entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, assinado em Lisboa em 17 de Janeiro de 2001;

Uma resolução que ratifica parcialmente uma alteração ao Plano Director Municipal da Mealhada;

Uma resolução que apresenta ao Conselho da União Europeia, como novo membro efectivo do Comité das Regiões, Luís Manuel Fernandes Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro, em substituição do membro efectivo José Carlos das Dores Zorinho.

DEPUTADO EDUARDO PEREIRA

Lei de Defesa Nacional e das FA

A INADIÁVEL DIVISÃO



O presidente da Comissão Parlamentar de Defesa defendeu, no dia 3, ser «inadiável a decisão» de dividir em duas a actual Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), separando as questões políticas das militares. «Não faz sentido que se legisle sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas numa única lei», declarou Eduardo Pereira, que alegou também a favor de uma revisão geral das matérias contidas na LDNFA e de uma junção, num outro diploma, do conteúdo do artigo 31 (restrições aos direitos civicos dos militares). «As questões da Defesa Nacional, dada a sua caracterização, os seus objetivos permanentes e os princípios gerais da sua política quase imutáveis, deviam ser tratadas em diploma próprio, enquadrador do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, abrindo perspectivas para a fixação do Conceito Estratégico Militar», explicou.

«A organização, o funcionamento e a disciplina das Forças Armadas, com vista a assegurar a execução da componente militar da Defesa Nacional, a programação e o sistema de forças necessárias ao cumprimento das missões, deviam ser reunidas noutros diplomas específicos», acrescentou Eduardo Pereira.

O deputado socialista intervinha no debate parlamentar sobre as alterações ao artigo 31, que estabelece as restrições ao exercício dos direitos de reunião, manifestação, associação, expressão, petição colectiva e capacidade eleitoral passiva.

Além da proposta de lei do Governo foram apresentados projectos de lei do PSD, PCP e FP.

«Pela primeira vez vislumbro a possibilidade de uma baixa à Comissão (Parlamentar de Defesa) de todos (os documentos), para ajustes formais e substanciais e formação do consenso suficiente, uma vez que todas reconhecem aos militares o direito ao exercício pleno dos seus direitos civicos», salientou ainda Eduardo Pereira.

DEPUTADA ISABEL PIRES DE LIMA

Ensino

PSD TEM VISÃO TECNOCRÁTICA DA FUNÇÃO EDUCATIVA

O PSD não pára de surpreender pela negativa. Dois projectos-lei laranja – de cariz tecnocrática e passadista – foram chumbados pela Assembleia da República. Numa intervenção no Parlamento, a deputada do PS Isabel Pires de Lima sustentou que «conhecer a forma como assumem e exploram as escolas portuguesas os grandes desideratos da Lei de Bases do Sistema Educativo implica uma estratégia que não se compadece com soluções simplistas e primárias do ponto de vista científico, tecnicamente artificiais, enviesadas e tradicionais e, principalmente, eticamente intoleráveis e socialmente discriminantes com o é o caso dos projectos de lei do PSD em discussão».

Para deputada do PS, «pretender reduzir o sucesso/insucesso educativo a uma qualquer expressão quantitativa, por mais sofisticada que se possa antever a sua elaboração, só é compreensível numa visão positivista, tecnocrática e passadista da função educativa».

Punição e estigmatização

Isabel Pires de Lima, entre outras, perguntou: «Que concepção da função educativa e da escola é esta que pensa poder conhecer o sucesso/insucesso de uma escola, de cada escola, pelas notas que os seus alunos obtêm nos exames nacionais do 12º ano» e «que acolhimento



deve ter uma proposta que ignora a mais-valia educativa do trabalho escolar, a qual excede em muito os resultados em exames tradicionais de papel e lápis?». Segundo sublinhou a deputada do PS, «a melhoria dos ensinios básico e secundário não necessita de competição, de punição, de estigmatização», mas antes de «cooperação entre os diferentes intervenientes, de investimento de recursos materiais e afectivos, de estratégia organizacional, de cultura avaliativa». J. C. B.

DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO

Desenvolvimento rural

INTERIORIZAR A EUROPA



A luta contra o esquecimento do «Portugal profundo» tem que ser reforçada com capitais comunitários orientados para o apoio ao desenvolvimento de regiões

carenciadas.

Esta foi a linha-mestra da intervenção de Fernando Serrasqueiro, na Assembleia da República, no passado dia 3.

O deputado do PS defendeu que «o objetivo central da intervenção pública no interior deverá ser o de fazer com que nenhuma oportunidade aí se perca, para que um País inclinado hoje para o mar se incline no seu todo para a Europa».

Salientando que a política para o desenvolvimento do interior é uma marca da governação socialista, Serrasqueiro apontou para a ambição que a mesma comporta: a de enfrentar com sucesso desafios que se colocam às regiões «mais deprimidas», criando emprego e qualificando recursos humanos, desenvolvendo actividades sobre infra-estruturas e equipamentos, conferindo dimensão e competitividade urbana e promovendo a criatividade do meio bem como o espírito empresarial.

Ao referir-se aos três eixos essenciais da estratégia do Executivo contra a «interioridade», o deputado do GP/PS recordou as políticas dirigidas a todo o espaço nacional como garantia de prestação de serviços mínimos.

«É aqui que se insere todo o plano de acessibilidades», observou, frisando que «o PRN 2000 passou a considerar uma rede

de auto-estradas para o interior que o anterior (plano) esquecia».

Neste sentido, Fernando Serrasqueiro apontou também para a modernização e electrificação da rede ferroviária e para a criação e disponibilização no interior de equipamentos vários ao nível da segurança, educação e saúde.

A selectividade e a concentração territorial, ajustada aos problemas e potencialidades de cada região é o segundo eixo estratégico da política de desenvolvimento rural do Executivo.

«Cabe aqui falar do programa Polis, em que as principais cidades do interior foram consideradas», exemplificou o parlamentar socialista.

Finalmente, o terceiro eixo estratégico prende-se, segundo Serrasqueiro, com os sistemas de incentivos fiscais e financeiros que permitiram a sustentabilidade de um país e dois sistemas, conduzindo ainda à equiparação com as regiões autónomas e reparando uma «injustiça evidente».

Segundo Fernando Serrasqueiro, a administração socialista tem obra feita no sector do desenvolvimento do interior, porém, não deixou de defender a urgente necessidade de «dar um corpo mais coeso a esta política».

«É neste contexto que quero sublinhar o impacto que a reforma da Administração Pública em preparação pode ter», disse o deputado, fazendo votos para que se concretize um reforço da desconcentração e da descentralização de serviços e se fortaleçam as cidades do interior com novas instituições, sem descurar as também novas tecnologias.

MARY RODRIGUES



NECESSIDADE DE POLÍTICAS COERENTES DE DESENVOLVIMENTO

A necessidade de estabelecer políticas de desenvolvimento coerentes para reduzir a pobreza foi realçado na reunião anual do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), que decorreu em Paris.

Para o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Amado, esta reunião permitiu «dar mais um passo no sentido de harmonizar as políticas, de coordenar as acções e as iniciativas e de identificar os problemas sobre um tema que é hoje central, de lutar contra a pobreza».

Luís Amado disse que, «do ponto de vista político, o elemento mais relevante foi o consenso obtido no sentido do desligamento da ajuda».

Ou seja, disse, «os programas que são financiados pelas diferentes Agências serão colocados no mercado internacional, de uma forma transparente e concorrencial, e não ligados aos interesses particulares da Agência de cada país».

Esta decisão dos 23 países membros do CAD, que carece de ratificação pelo novo Governo do Japão, foi saudada por Luís Amado, «na medida em que vai abrir novas perspectivas para as empresas portuguesas».

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação realçou o facto de a reunião do CAD ter definido «uma *check-list* que estabelece os parâmetros essenciais que devem ser atendidos pelas políticas nacionais e das organizações não governamentais (ONG), relativamente à



coerência para o desenvolvimento». Luís Amado teve ocasião de relembrar a forma como Portugal participa na luta contra a pobreza e na ajuda aos países mais necessitados, concentrando «o essencial da sua ajuda ao desenvolvimento para os países de língua portuguesa, com acções programadas a médio prazo».

As prioridades portuguesas são baseadas no princípio definido em 1996 pelo CAD, no sentido «da redução da pobreza no horizonte dos próximos 15 a 25 anos».

Mas sé-lo-ão também «pelo esforço no sector do ensino, que para nos é particularmente relevante, se considerarmos que os países de língua portuguesa têm enormes carências a nível educativo. Investindo nesse sector, estamos também a investir na promoção da Língua Portuguesa no mundo», frisou.

A ajuda portuguesa é feita igualmente nos sectores social e da saúde, designadamente «para combater a sida e as outras epidemias em África».

Luís Amado defende que seja dada «particular importância ao esforço de promoção de parcerias no sector privado, no sentido de estimular o desenvolvimento das economias dos países de língua portuguesa, alguns afectados ou perturbados por conflitos eternos, como a Guiné Bissau e Angola».

No caso concreto de Angola, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação confirmou que o programa aprovado no ano passado «está com baixo índice de execução».

«Esta situação é devida em grande parte à circunstância de guerra que o país conhece e à grande insegurança em muitas regiões de Angola, que impedem uma acção sistemática e consistente a nível da cooperação de todos os países que querem ajudar Angola a pacificar a sua sociedade», explicou.

Quanto a Moçambique, as cheias que assolaram recentemente este país levaram Portugal a fazer um novo programa, que «corresponde talvez à maior intervenção da cooperação portuguesa integrada alguma vez feita num país de língua portuguesa».

Este facto, na opinião de Luís Amado, é para Portugal «uma experiência de reorganização e de reorientação política que temos vindo a seguir nos últimos anos».

«Temos hoje com todos os países de língua portuguesa programas de cooperação, que regulam toda a acção no horizonte, de três anos e o quadro que disciplina hoje a nossa

política de relação bilateral de cooperação com cada um deles está definido», frisou. O CAD é constituído por Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canada, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, e Comissão Europeia.

Em meados deste mês, um relatório da OCDE dizia que Portugal deve melhorar a coordenação institucional e aumentar a coerência da ajuda pública ao desenvolvimento, apreciando o programa de 52 milhões de contos de APD em 1999. O CAD criticou a dispersão de apoios aos países menos desenvolvidos por «17 ministérios e numerosas agências, universidades e municípios» em Portugal e recomendou que fique sob a tutela de um ministro ou entidade.

Apesar de a redução da pobreza ser objectivo principal da cooperação portuguesa, os programas de ajuda não dão atenção suficiente às questões da pobreza, segundo o CAD.

Ainda segundo o CAD, o perdão da dívida resultou em grande parte de empréstimos e créditos à exportação de empresas privadas – garantidos pelo Estado português – que se revelaram incobráveis, sendo na realidade de subsídios às exportações portuguesas.

A preços constantes de 1998, Portugal perdou 126 milhões de dólares em 1999, cerca de 28,5 milhões de contos, ou 34 por cento da APD bruta portuguesa, contra uma média de quatro por cento dos membros do CAD.

PORTUGAL É QUEM TEM MAIS MULHERES A TRABALHAR

Portugal é o país da União Europeia (UE) com a maior percentagem de mulheres a trabalhar na agricultura (47 por cento), mas apenas 19 por cento ocupam cargos de chefia, a maioria das quais em pequenas explorações.

Os dados constam de um trabalho publicado em Bruxelas, pelo Eurostat, sobre a «Agricultura europeia no feminino», que estuda a evolução do peso do trabalho das mulheres nas actividades agrícolas, concluindo que o seu número estabilizou desde 1990, notando-se, no entanto, uma discrepância entre os sexos em termos de estatuto.

A média europeia de mão-de-obra agrícola feminina, em 1997, era de 37 por cento (dos 14,65 milhões de agricultores, 5,37 eram



mulheres), com Portugal a liderar a lista dos Quinze, com mais 10 pontos percentuais, seguido da Grécia (44 por cento) e Áustria (42 por cento).

Os números mais baixos encontram-se no Reino Unido (26 por cento) e Dinamarca (28 por cento).

No entanto, apenas 10 por cento das agricultoras portuguesas trabalham a tempo inteiro, um número que contrasta com os 40 por cento da Dinamarca, 32 por cento da Holanda e 30 por cento da Finlândia.

O estatuto entre mulheres e homens nos trabalhos agrícola difere em muito no espaço comunitário e Portugal não é excepção.

Nos Quinze, mais de 60 por cento dos homens têm o estatuto de chefe de

exploração, enquanto 19 por cento das mulheres ocupam o mesmo lugar.

Esta é igualmente a percentagem de mulheres portuguesas que ocupam o lugar de chefia nas explorações agrícolas, a maioria das quais em locais considerados de dimensão económica mais reduzida (abaixo dos 12 hectares cultivados de trigo mole ou com nove vacas leiteiras).

As agricultoras europeias responsáveis pelas explorações são, em geral, mais idosas e receberam uma formação agrícola menos completa que os homens.

Portugal faz parte do grupo de países dos Quinze com um peso agrícola forte na União Europeia, onde dois em cada três agricultores são portugueses, italianos, gregos ou espanhóis, o que demonstra o peso desta actividade nos países do Sul da União.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS **Reunião**

QUINZE DISCUTEM ALARGAMENTO A PAÍSES CANDIDATOS

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia (UE) concluíram no dia 6 uma reunião de dois dias sobre os assuntos mais importantes da ampliação ao Leste da Europa, como a repercussão da incorporação de países mais pobres. A ministra dos Negócios Estrangeiros sueca, país que detém a presidência da UE, Anna Lindh, afirmou que durante a reunião foram sublinhadas as dificuldades que existem no processo de alargamento porque «entrámos na recta final na qual surgem os interesses particulares» dos países.

O encontro informal, realizado desde sábado na cidade sueca de Nyköping, serviu, em sua opinião, para «preparar o terreno» aos difíceis acordos que terá de concluir, destacando sobretudo que se avançou num dos temas mais complicados – a livre circulação de trabalhadores numa UE alargada.

Lindh declarou-se otimista em chegar a um acordo sobre este tema nas próximas semanas.

Treze países aspiram a converter-se em membros da UE – Hungria, Polónia, a República Checa, Roménia, Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Chipre e Turquia, ainda que só existam negociações com os primeiros doze.

O Executivo europeu apresentou, em Abril último, um projecto que preconiza um período flexível de transição para a livre circulação de trabalhadores numa UE alargada, que poderia estender-se entre



cinco a sete anos.

Tanto a Alemanha como a Áustria desejam que essa moratória dure sete anos, temendo um possível afluxo de emigrantes provenientes dos países candidatos vizinhos, enquanto que a Espanha se opõe ao projecto por não julgar necessária uma proibição.

Participante na reunião, o chefe da diplomacia polaca, Wladyslaw Bartoszewski, considerou «draconianas» as condições exigidas pela Alemanha para o livre acesso dos trabalhadores do leste, sustentando que «não serão possíveis», além de não julgar realistas os receios alemães de uma avalanche de emigrantes quando se concretizar a adesão. Alemanha

e Áustria argumentam os seus receios pela proximidade que mantêm com futuros membros, enquanto que a Finlândia teme a chegada de cerca de 400 mil estonianos. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 13 países candidatos tiveram pela primeira vez oportunidade de trocar os seus pontos de vista sobre o futuro da Europa com os 15 homólogos da UE. Os países candidatos sublinharam a sua satisfação após a reunião informal, referindo que ela abre uma via para a sua plena participação nas discussões sobre o futuro da UE, decididos na cimeira europeia de Nice em Dezembro.

Na cimeira, ficou decidido que a UE estaria disposta a acolher a partir de 2003 os países candidatos que estivessem prontos a aderir.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS **Estudo revela**

PORTUGAL PODE DIMINUIR CONSUMO DE ENERGIA

O consumo de energia utilizado no aquecimento dos edifícios portugueses poderá baixar em dois terços por ano se foram aplicadas regras de economia energética relacionadas com o isolamento térmico e funcionamento dos sistemas.

Um estudo sobre a aplicação das regras dinamarquesas sobre os sistemas de aquecimento nas casas nos outros Estados-membros – que incluem inspeções obrigatórias aos aquecimentos e o incentivo da certificação das casas – indica que Portugal poderia baixar o consumo dos edifícios de cerca de 27 para nove quilowatt por metro cúbico por ano.

A Bélgica é o país dos Quinze com o maior consumo energético para aquecimento dos edifícios, seguida da Itália, Finlândia e Portugal. O mais baixo é, precisamente, a Dinamarca.

A Comissão Europeia propôs a adopção de uma série de medidas para melhorar a eficácia energética dos edifícios, demonstrando através deste estudo que será possível reduzir o consumo se a performance energética dos edifícios novos e existentes for melhorada.

Bruxelas chama a atenção para as diferenças climáticas existentes entre os Quinze, mas considera que a atribuição de certificados de «performance energética», o controlo das instalações de aquecimento e o aumento da informação sobre esta matéria poderá levar a uma economia de 22 por cento da energia consumida nos edifícios europeus até 2010.

As medidas constam de um projecto de directiva que a Comissão Europeia quer

concretizar e visam fundamentalmente contribuir para os objectivos do Protocolo de Quioto de redução dos gases com efeito de estufa.

O sector energético é responsável por 94 por cento das emissões de dióxido de carbono na União Europeia e mais de 40 por cento da energia é consumida nos edifícios, essencialmente pelos aquecimentos (mais de 50 por cento), sistemas de produção de água quente, aparelhos de ar condicionado e iluminação. «Estimamos que será possível economizar, em boas condições económicas e de eficácia, cerca de 22 por cento deste consumo», considera Bruxelas.

Além disso, «se não forem tomadas medidas», a União Europeia será obrigada a importar 70 por cento da energia necessária em 2030, contra os actuais 50 por cento.

A proposta de directiva – que será aplicada consoante a responsabilidade de cada Estado-membro, de acordo com o princípio da subsidiariedade – inclui uma metodologia comum para a elaboração de normas de «performance» energética mínimas entre os Quinze, a aplicar nos edifícios novos e existentes.

Os sistemas de certificação de performance energética para um período máximo de cinco anos deverão estar disponíveis para todos os edifícios, sendo afixados para conhecimento do público.

O controlo e a evolução específica das instalações de aquecimento e de arrefecimento por pessoal qualificado é outra das medidas que Bruxelas quer ver aplicada.

BRUXELAS

Pina Moura salienta

NÍVEL DE VIDA DOS PORTUGUESES CRESCERÁ EM 2001

O nível de vida dos portugueses crescerá em 2001 apesar do aumento da inflação «superior ao previsto», defendeu no dia 7, em Bruxelas, Pina Moura.

«Em 2001, apesar dos efeitos do valor da inflação superiores ao previsto, o poder de compra dos portugueses continuará a aumentar», declarou Pina Moura aos jornalistas portugueses à margem de uma reunião dos ministros das Finanças que se realizou em Bruxelas.

O responsável governamental explicou que o poder de compra crescerá no corrente ano, tanto por via do aumento salarial como por via do aumento do rendimento disponível resultante da diminuição dos impostos sobre o trabalho.

O ministro das Finanças fez estas

declarações para sustentar o apoio que afirmou ter recebido no Congresso do PS. Pina Moura afirmou que uma das «mensagens muito fortes» do Congresso do PS é um «forte apoio» à sua acção como ministro das Finanças e da sua actual política mais importante, a reforma fiscal. Desde o secretário-geral do Partido Socialista, vários dirigentes e muitos militantes e delegados de base que tomaram a palavra no Congresso só ouviram palavras de apoio e de estímulo e palavras sobre que há-de continuar, manter firme o rumo da reforma fiscal», acrescentou. Pina Moura tem sido alvo de duras críticas dos partidos de direita e de grandes interesses instalados pela reforma fiscal que trará mais justiça fiscal.

RENDIMENTO MÍNIMO ATINGE «MATURIDADE»

Cerca de 4000 famílias abandonam mensalmente o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), enquanto apenas 2000 entram no sistema, revelou o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso.

Ao fazer um balanço da actividade da Segurança Social por ocasião do Dia Nacional daquele organismo, no dia 8, o ministro considerou que o Rendimento Mínimo Garantido, um dos instrumentos legais de apoio aos mais desfavorecidos, atingiu a «maturidade» e tem «produzido resultados».

«Hoje, mensalmente, há 4000 famílias que abandonam o Rendimento Mínimo e apenas 2000 que entram. Entramos numa nova fase em que são mais as pessoas que saem do que as que entram e isso é uma medida de sucesso», afirmou, a um mês de se completarem cinco anos sobre a entrada em vigor do RMG.

Mas apesar do sucesso deste programa lançado por Ferro Rodrigues, seu antecessor na pasta, Paulo Pedroso lembrou que grande parte dos beneficiários são pessoas com uma «situação social grave e cerca de metade (180 mil) são crianças e menores».

«A minha ambição em relação às crianças e menores não é que elas saiam do Rendimento Mínimo depressa. A minha ambição é que estudem, se valorizem e que quando chegarem à vida adulta nunca entrem no Rendimento Mínimo», disse o ministro, ele próprio o primeiro coordenador do RMG.

As «novas prioridades» de Pedroso em matéria de Segurança Social são o apoio



domiciliário a idosos e a primeira infância. No que se refere aos idosos, o objectivo é duplicar na actual legislatura governamental o número de beneficiários do apoio domiciliário até 80 mil pessoas e aumentar a qualidade dos serviços prestados nos lares, enquanto na primeira infância o ministério procura soluções para que «ter filhos seja um esforço recompensado».

«Temos o dever de procurar criar condições para que ter filhos seja um esforço recompensado para além de ser, obviamente, a fruição de um prazer e uma opção individual. O que não é justo é que seja uma opção tomada em sofrimento»,

disse. Por essa razão, entende que tudo o que possa ser feito pelo Governo «para tornar mais fácil a vida das pessoas, nomeadamente na primeira infância e nos cuidados educativos (...), é uma das primeiras missões do Estado».

O grande salto...

Em jeito de balanço, Paulo Pedroso sublinha que nos últimos anos foi dado um «salto muito qualitativo» na Segurança Social, que se traduziu, entre outros aspectos, no «aumento das pensões sociais que em Julho atingirão os 64 por

cento relativamente a 1995 e no aumento das pensões mínimas do regime contributivo».

A «introdução da diferenciação positiva nos aumentos de pensões, a revisão das prestações familiares dando corpo ao princípio do "mais para quem mais precisa" e a preocupação com a sustentabilidade da Segurança Social» são outros elementos que permitem dizer, hoje, que o sistema «está diferente».

Para o ministro, a regulamentação da nova Lei de Bases da Segurança Social, que deverá estar concluída em Setembro, permitirá entrar numa fase em que a «reforma que já existe nos princípios seja aprofundada».

Aos desafios definidos, Paulo Pedroso acrescenta outro – o Plano Nacional para a Inclusão que irá decorrer nos 15 países da União Europeia – e que visa fazer regressar à sociedade os pobres e todas as «vítimas de qualquer marginalização ou discriminação».

«Queremos trazê-los de volta à sociedade. Queremos e temos o dever de querer», sustentou, ao sublinhar que uma «sociedade justa é uma sociedade que vive mal com a exclusão e em Portugal viveu durante demasiados anos aceitando a exclusão».

Para o ministro, o Plano Nacional «não pode» resultar apenas do empenhamento de um ministério ou de uma «medida mais ou menos emblemática».

«Será uma nova atitude na sociedade portuguesa onde os parceiros sociais e as empresas em particular não podem ser esquecidas», enfatizou.

PRAZOS MÁXIMOS CONTRA LENTIDÃO

O ministro António Costa quer evitar a morosidade da justiça administrativa, pelo que decidiu que os actos dos funcionários e magistrados terão, a partir de 2003, prazos máximos de cumprimento.

Esta foi uma das muitas medidas da reforma do sector apresentadas, no dia 9, pelo titular da pasta da Justiça.

«Os prazos são actualmente indicativos. Agora, a reforma fixa os prazos máximos para cada actos dos magistrados», assegurou Costa, adiantando que tais prazos serão anualmente fixados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos.

Esta reforma do contencioso administrativo, cuja entrada em vigor está agendada para 1 de Janeiro de 2003, aposta não só na celeridade processual, mas também na responsabilização do Estado e seus agentes, no reforço da igualdade entre as partes, numa maior



segurança jurídica e no reforço dos poderes do tribunal face à administração. Visando «uma cidadania exigente e um Estado responsável», a reforma – que irá ser discutida na Assembleia da República – vai implicar no próximo ano e meio um «trabalho gigantesco» de preparação dos meios necessários à sua aplicação prática, designadamente criação de novos tribunais administrativos de círculo, informatização e recrutamento de novos magistrados. A reforma, que assenta em três diplomas, prevê, entre outras coisas, a responsabilização civil extracontratual do Estado por actos ou omissões, quer na função jurisdicional (por exemplo, atraso de sentença que causa prejuízos a particulares), quer na função político-legislativa (exemplo: falta de legislação exigida pela Constituição).

No capítulo do reforço da igualdade entre as partes no processo, estipula que a admi-

nistração passa a ser sujeita ao pagamento de custas judiciais (evitando o recurso sistemático aos tribunais) e possa ser condenada como litigante de má fé e em sanções pecuniárias compulsórias se não cumprir atempadamente as decisões judiciais.

No tocante ao reforço dos poderes do tribunal face à administração, há a realçar a possibilidade de o tribunal se substituir à administração na prática de acto devido, como por exemplo a emissão de licença de construção.

António Costa, que esteve acompanhado dos secretários de Estado Eduardo Cabrita e Diogo Machado, indicou que outro pilar da reforma assenta numa maior segurança jurídica, que por uma clarificação da competência dos tribunais administrativos, pela formação especializada para magistrados e pela eliminação ou desvalorização de um conjunto de formalidades.



Amarante

Câmara celebra contrato com associação desportiva

O município de Amarante vai celebrar com a Associação Desportiva de Amarante (ADA) um protocolo de utilização dos equipamentos desportivos municipais.



No protocolo, a autarquia compromete-se «a compensar a ADA com um valor percentual de 75 por cento do valor pago pela utilização de todas as instalações desportivas municipais desde que usadas como infra-estrutura de apoio para o desenvolvimento e formação desportiva». Este protocolo surge no seguimento da política desportiva de implantação e desenvolvimento desportivo no concelho que vem sendo implementada.

Coimbra

Monumento ao 25 de Abril

Um monumento ao 25 de Abril foi inaugurado em Coimbra, junto à antiga sede da PIDE, da autoria da jovem escultora Ana Rosmaninho.



A escultura é constituída por uma esfera de aço inoxidável polido, com dois metros de diâmetro, apoiada em dois rectângulos curvos de bronze com cerca de cinco metros de altura.

Coube ao arquitecto Luís Neto a concepção do enquadramento e da base, revestida por ardósias negras sobre as quais podem circular as pessoas, num espaço adjacente à Rua Antero de Quental, próximo da Praça da República.

«Este chão representa as ardósias por onde aprendemos as primeiras letras na escola», adiantou Ana Rosmaninho, explicando que

esta é memória que guarda do 25 de Abril de 1974.

No discurso inaugural, o presidente da Câmara, Manuel Machado, citou o poeta António Gedeão, considerando que a esfera que encima o monumento – que Ana Rosmaninho interpreta como o caminho para um «mundo melhor» –, é a «bola colorida, entre as mãos de uma criança», a demonstrar que «o sonho comanda a vida». «O monumento visou dar resposta a uma petição de cidadãos e personifica a resistência, o sofrimento dos que lutaram contra o fascismo», disse Manuel Machado. No bronze, estão gravados excertos de poemas de Miguel Torga, Manuel Alegre, Natália Correia, José Saramago e Sofia de Melo Breyner.

A cerimónia de inauguração encerrou com a passagem da maioria dos presentes sob a esfera e entre os elementos de bronze. Abraçados, o governador civil de Coimbra, Horácio Antunes, e Ana Rosmaninho foram os primeiros a passar, tendo a banda da Filarmónica de Taveiro encerrado o ritual colectivo.

«É bastante válido o que ficou no concreto», declarou Alberto Vilaça, resistente antifascista desde os anos 40.

Este advogado de Coimbra foi, na década de 90, um dos promotores da petição para que fosse erguido o monumento, a qual foi na altura entregue ao presidente da Assembleia Municipal, o socialista Santana Maia.

O objectivo era assinalar os 25 anos da Revolução dos Cravos, sugerindo os subscritores que fosse aberto pela autarquia um concurso de ideias com esse fim, o que nunca chegou a acontecer.

«Uma obra de arte não é, nem deve ser, um panfleto, embora deva conter imagens realmente significativas», referiu Alberto Vilaça, manifestando-se satisfeito com o resultado final do projecto.

Realçou que, embora fosse desejo dos proponentes evocar o «aspecto concreto da resistência antifascista», este «está implícito» no conjunto do trabalho.

«Nós queríamos que fosse de forma mais explícita», recordou, partilhando esta opinião com Emanuel Vieira Alberto, um resistente à ditadura, da área do PS, que também se empenhou na concretização da homenagem ao 25 de Abril.

Faro

Alunos encontram-se com a escritora Ana Maria Magalhães

Com o objectivo de criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças e jovens, a Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa promoveu no dia 8 mais um encontro de escritores com os seus leitores.

Desta vez, a convidada foi a escritora Ana Maria Magalhães que conversou com os alunos do 4º, 5º e 6º ano de algumas escolas do concelho de Faro, no auditório da Biblioteca.

A anteceder este encontro os alunos prepararam com os professores de

português as suas intervenções, realizando trabalhos de exploração da obra da escritora.



Ana Maria Magalhães é autora, juntamente com a escritora Isabel Alçada, dos livros da colecção «Uma aventura», que têm tido muito êxito junto dos mais jovens. Esta iniciativa tem o apoio do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian.

Loulé

Campeonato do Mundo de Meia-Maratona em 2003

A Federação Internacional de Atletismo anunciou recentemente que o concelho de Loulé vai ser o palco do Campeonato do Mundo de Meia-Maratona, que terá lugar dentro de dois anos.



A Câmara Municipal de Loulé, em parceria com a Lusotur e a Região de Turismo do Algarve, e com o apoio da Federação Portuguesa de Atletismo e do Governo, apresentou a candidatura como anfitriã deste evento que teve a preferência dos responsáveis federativos.

Montijo

Autarquia mais uma vez presente na BTL

A Câmara Municipal do Montijo irá participar, pela segunda vez, na BTL, o maior certame da indústria turística em Portugal.

A participação da edilidade na BTL 2000 traduziu-se num enorme êxito, abrindo novas perspectivas ao turismo no concelho do Montijo.

Numa altura em que o património cultural

e natural são considerados elementos primordiais no quadro da política do turismo nacional, a Câmara do Montijo irá apostar forte nestes dois sectores de extrema importância.



Ovar

Conjunto habitacional em Cortegaça

A Câmara Municipal de Ovar deliberou, por unanimidade, promover a entrega de 61 fogos construídos em regime de contrato de desenvolvimento à habitação mediante o critério de ordem de inscrição.



Os fogos situam-se no conjunto habitacional Rodelo Boavista, em Cortegaça.

Penha de França

Junta promove concurso de fotografia

A Junta de Freguesia da Penha de França promove um concurso de fotografia, nas modalidades preto e branco e cores sobre papel, que terá os seguintes temas: «O património cultural, histórico e humano da Freguesia» e «tema livre».

O concurso é aberto a todos os cidadãos, residentes ou não na Freguesia.

Serão atribuídos prémios aos três primeiros classificados em cada tema e em cada modalidade, nos valores de 40, 20 e 10 contos, respectivamente. Poderão ainda ser atribuídas menções honrosas.

Os trabalhos deverão ser entregues até 15 de Maio de 2000.

O regulamento deste certame encontra-se à disposição dos interessados na sede da Junta.

INTERNACIONAL SOCIALISTA Congresso

GUTERRES DEFENDE MODELO MAIS GRADUAL DE UNIÃO POLÍTICA DOS QUINZE

O camarada António Guterres manifestou-se contra o modelo proposto por Gerard Schroeder sobre futuro modelo da União Europeia. Esta divergência ficou demonstrada em Berlim, onde decorreu o Congresso da Internacional Socialista. O chanceler alemão defende a transformação do Conselho da Europa numa «câmara de representantes dos Estados nacionais», à semelhança do Bundestag, a transformação da Comissão num verdadeiro Governo da UE e um reforço das competências do Parlamento Europeu com a plena soberania dos deputados em matéria orçamental. Discursando na Universidade de Humboldt, na qualidade de presidente da Internacional Socialista, o camarada António Guterres preconizou um «modelo mais gradual» de união política dos Quinze e recordou que o problema das democracias «não reside tanto nos métodos formais das instituições, mas mais no sistema de comunicação entre o poder político e a sociedade civil».



GAIA PS contra «polvo do PSD»

Os vereadores do PS na Câmara de Gaia decidiram solicitar à Procuradoria Geral da República (PGR) uma «rigorosa investigação», ao que consideram ser um «autêntico polvo de interesses do PSD» na câmara local. Em comunicado, os autarcas socialistas manifestam-se «indignados e profundamente chocados com o despudor e a irresponsabilidade política exibida» pelo presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, e pelos vereadores do PSD e PP, ao elegerem o presidente do PSD/Gaia para administrador de uma empresa municipal. Cancela Moura foi eleito, em reunião extraordinária do executivo camarário de Gaia, como administrador da Gaianima - Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos, o que o PS considera que «vem pôr a claro a total ausência de escrúpulos» da gestão laranja da autarquia. Segundo os socialistas, «praticamente todos» os lugares dos conselhos de administração da agência municipal, três fundações e quatro empresas municipais, criadas pela gestão autárquica do PSD, estão ocupados por «homens do PSD ou por seus acólitos, a quem são pagos ordenados na ordem dos 700 contos mensais».

LEIRIA Reunião com Jorge Coelho

O camarada Jorge Coelho desloca-se no próximo dia 18 à Federação do PS/Leiria, onde reunirá com o líder da Federação, José Miguel Medeiros, e todos os presidentes das concelhias do PS do distrito. Da agenda consta o balanço dos trabalhos do Congresso do PS e a preparação das próximas eleições autárquicas. Por outro lado, à noite, pelas 21 e 30, o camarada Jorge Coelho estará presente no auditório da ESTG/Leiria, no plenário de militantes socialistas de todo o distrito.

TAVIRA PS promove diálogos

A Concelhia de Tavira do PS e a deputada Jovita Ladeira vão promover a iniciativa «Diálogos por Tavira», com o objectivo de que esta acção represente «uma fábrica de ideais, renovando com o querer de uma democracia participativa e de uma gestão participada, os valores, os temas, as propostas e os horizontes». A iniciativa visa um aprofundamento da cidadania, «com uma maior vivência democrática», e vai ter início amanhã, sexta-feira, pelas 21 e 30, no auditório da Caixa de Crédito Agrícola de Tavira. Este primeiro diálogo contará com a presença da camarada deputada Maria de Belém, que falará sobre a «Igualdade de Oportunidades», um tema sempre caro à esquerda democrática e socialista.



Jantar com Jorge Sampaio

22 de Maio
20.30 horas

Restaurante Búfalo Grill
Jardim Zoológico

Inscrições na Secção de Benfica e S. Domingos de Benfica:
dias 15, 16 e 17, das 21 e 30 às 23 horas

ORGANIZAÇÃO:
Secção de Benfica e S. Domingos de Benfica

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

- Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
- CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



PERSPECTIVA

Guilherme d'Oliveira Martins

CONTRA O FATALISMO



O primado da imagem e do imediato tem consequências inevitáveis na vida política actual. As soluções parecem gastar-se rapidamente e há uma ânsia generalizada de procurar receitas fáceis e mágicas. É com isto que temos de trabalhar. É certo que o êxito da democracia tende a favorecer uma certa rotina. Essa é, aliás, uma virtude, uma vez que uma sociedade saudável deve estar vacinada contra as soluções providenciais. Mas devemos procurar rememorar a *mediocridade* – insistindo nas ideias e nos princípios. O espírito reformista exige que, em lugar das receitas e das promessas, preconizemos mudanças sérias, fundamentadas, serenas, que liguem a audácia e a prudência, que não iludam as dificuldades e que associem as pessoas à resolução dos seus problemas. As receitas populistas temos de saber contrapor a determinação e o rigor, e sobretudo a prestação de contas e a informação rigorosa sobre o que o Estado e a Administração fazem. Estamos, no entanto, pouco habituados a isso, porque

mais fácil invocar projectos espectaculares, mas inúteis. Para haver «mais profissionalismo» é preciso, por isso, romper com o fatalismo dos que dizem que o País é irreformável e com a facilidade dos que fazem propostas vagas à mesa do café. A política só se prestigiará se falar menos do que não sabe e se aceitar que as boas decisões necessitam de bom senso, de bom conselho e da participação de quem conhece – sem confundir decisão política e parecer técnico. E se muitos pedem que a política se valorize, temos de lembrar o exemplo da lebre da fábula, para quem os propósitos espectaculares foram completamente destruídos por uma tartaruga presidente, que sabia o que queria e para onde ia, e que por isso, chegou primeiro ao seu destino. Olhe-se a economia. Quem reclamava reformas, diz agora que não as queria. Do que se trata é de consolidar as medidas tomadas, contra ventos e marés, cuidando sobretudo da confiança do cidadão comum – em nome de quem se quer um bom serviço público, com boa despesa pública, contra o

desperdício e a centralização. Olhe-se a coesão social e o Estado de Bem-Estar. Uma sociedade de direitos e deveres, assente numa ética de responsabilidade e recusando todos os messianismos seculares – eis o que temos de construir. Deixemos de simplificar a democracia, omitindo sempre os deveres e a responsabilidade individual. Partamos dos direitos em ligação estreita com as obrigações cívicas. Não atribuamos ao Estado o papel de engenheiro social. Compatibilizemos o individualismo democrático, a solidariedade e a coesão social. Compreendemos, por exemplo, que a segurança e estabilidade das famílias, na sua diversidade e não na lógica conservadora, são essenciais no moderno Estado de Bem-Estar. O desenvolvimento humano de crianças e jovens, a educação de qualidade, a maior participação dos pais nas escolas, a prevenção da toxicodependência, a igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos da mulher, a conciliação ou a complementaridade entre vida familiar e vida profissional, o apoio à terceira idade – tudo

isso passa por colocar as pessoas no coração da política, não apenas com palavras mas com actos concretos, reconhecendo a ligação entre igualdade e diferença. Precisamos, pois, de reforçar as parcerias com a sociedade, bem como os princípios da proximidade e da subsidiariedade (na tradição mutualista e cooperativista dos companheiros de rochdale, tão esquecida). Em lugar dos velhos conceitos atomistas e organicistas, alimentados à direita e à esquerda, temos de contrapor o equilíbrio entre autonomia individual e solidariedade cívica. Como dizia há dias, Gerhard Schroeder, um dos desafios fundamentais da esquerda democrática hoje é o de assumir um papel de apoio e de reforço da vitalidade e da facultade de adaptação das famílias tal como existem (cf. *Famille, progrès, bonheur*, «Le Monde», 14.3.2001). Este é um exemplo. A fidelidade a um programa de centro – esquerda obriga a sermos audaciosos. O espírito reformista exige soluções para as pessoas concretas. Apenas.

In «Visão»

POLÍTICA

José Medeiros Ferreira

O REGIME CERCADO



A Constituição de 1976 celebra este mês o seu 25º aniversário. Já durou mais do que a Constituição de 1822, a de 1838 e a de 1911, todas elaboradas também por assembleias constituintes. Significativamente, o seu maior acréscimo de legitimidade após o parto democrático é essa duração, que escapa à vontade dos críticos do regime democrático. Com a excepção das outorgadas em 1826 e em 1933, é a Constituição de 1976 a mais duradoura. Vinte e cinco anos é o tempo da maturidade de um regime político. É a prova temporal de que as circunstâncias políticas que lhe deram origem estão ultrapassadas e de que o regime subsiste pelos seus méritos próprios, ou pela concordância de outras circunstâncias posteriores à fase genética da sua fundação. Este regime, fundado sobre o derrube revolucionário da ditadura, sobre a descolonização e o fim da guerra em África, ergueu-se em democracia pluralista, consolidou-se através de políticas sociais de esquerda, e desenvolveu-se pela adesão à integração europeia. Hoje tenta situar-se da melhor maneira possível entre a globalização e a desintegração dos Estados. Todavia, ninguém negará haver um sentimento difuso de mal-estar perante o contexto em que esta Constituição comemora o seu 25º aniversário.

Em primeiro lugar, *mal se entende que se celebre o 25º aniversário da Constituição sem se ter comemorado devidamente o papel fundador da Assembleia Constituinte*. Uma Constituição sem Assembleia Constituinte não é concebível em termos de soberania popular. Por isso a Constituição de 1976 não pode ser evocada como se se tratasse de uma carta outorgada pelo acto da sua promulgação. Em devido tempo, um grupo de deputados constituintes tentou interessar os três órgãos políticos de soberania por promoverem a celebração condigna do papel da Assembleia Constituinte na constituição da nova comunidade democrática que abraça os portugueses. Em vão o fez. Por isto ou por aquilo, os 25 anos da Assembleia Constituinte passaram sem um grande momento comemorativo. Mesmo a exposição fotográfica nos Passos Perdidos do Palácio de S. Bento parecem mais uma página de uma revista mundana do que o testemunho evocativo dos grandes debates parlamentares entre Junho de 1975 e Abril de 1976. Em segundo lugar, há um ambiente crítico e de descrença nas potencialidades de um regime de bipolarização partidária próxima do sistema rotativo da monarquia cartista. O êxito das comemorações queirosianas aí estão para ilustrar a generalização das críticas ao sistema político parlamentar. Com uma ressalva de monta: no último

quartel do século XIX eram vários os tipos sociais abaixo de fogo da opinião pública, desde os jornalistas aos barões, enquanto nos nossos dias só há coragem para elevar a voz no coro dos que desdenham os políticos. Por isso me lembro frequentemente de um episódio passado comigo, quando perguntei aos recrutas de um pelotão, em 1967, o que era um político e me responderam «É alguém que está contra o Salazar!»...

Longe de mim santificar seja quem for, e há certamente muita matéria de reflexão nesta onda de descrença no empenhamento cívico dos cidadãos que mais se dedicam à gestão da coisa pública. Mas convém ter consciência que foram situações semelhantes que originaram as operações populistas como a da Patuleia e soluções autoritárias como as de João Franco no tempo da monarquia constitucional.

Nesse contexto, a república parlamentar até foi um recurso para a reprodução de um sistema liberal, contrariamente ao vazio actual de alternativas democráticas perante um eventual impasse funcional do regime que nos rege há vinte e cinco anos. Está na hora de exigir mais poder político democrático e menos corporativismo.

Em terceiro lugar, o poder político democrático tem vindo a perder terreno para os poderes fácticos do passado, como o económico e o religioso, assim

como para os novos poderes emergentes, como os supranacionais e os da comunicação social. Como o poder político democrático não reúne os favores suficientes da opinião pública, as suas possíveis aproximações a qualquer das componentes referidas, para um maior equilíbrio e regulação dos conflitos, operam-se em situação de desvantagem para a defesa do interesse público. Dessa dificuldade objectiva nascem novas crises de confiança.

O regime democrático não pode ser sinónimo, entre nós, de vazio de poder político.

A forma desrespeitosa como alguns representantes de certos poderes ativos tratam os órgãos de soberania fazem-nos recuar à Idade Média.

Felizmente, há vários componentes da sociedade portuguesa que não saberiam viver sem liberdade.

Desde logo, os que lutaram contra a ditadura, mas também os jovens que cresceram no actual regime democrático e os profissionais da comunicação social, que seriam amordaçados mai o regime de liberdades públicas falecesse.

Aliás, só a vontade generalizada entre a população de viver em liberdade e em democracia explica a duração tranquila de um regime político relativamente frágil como o actual. Mas o cerco é real.

In «Diário de Notícias», 24-04-01



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Pintura em Albufeira

O Arsénio Martins Ensemble dará uma concerto, amanhã, sexta-feira, dia 11, pelas 21 e 30, no auditório municipal. «Rasgos, Arcos e Pórticos» é o título da exposição de pintura patente a partir de sábado, dia, 12 ao dia 2 de Junho, na Galeria Municipal, diariamente entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Concertos em Amarante

Inserido na iniciativa «Música ao Norte 2001», realiza-se, hoje, pelas 21 e 30, no auditório da Cozinha dos Frades, um concerto didáctico pelo flautista Pedro Couto Soares, intitulado «Do Medieval ao Actual – A Família das Flautas de Bizel». A Orquestra do Norte volta amanhã, às 21 e 30, ao palco da sala de espectáculos do antigo, para mais um concerto.

Bienal em Cascais

A Bienal da Utopia, que se realiza no Centro Cultural, de 12 a 22 de Maio, apresenta no seu diversificado programa a exposição «Estádios 2004», reunindo as maquetas dos projectos dos estádios em construção e remodelação, no contexto do Euro 2001

Tradição em Fafe

Entre os dia 14 e 27 decorre uma exposição itinerante com o título «Eça de Queirós: os passos de um trajecto». A mostra é inaugurada às 22 e 30 da próxima Segunda-feira, na Casa Municipal da Cultura. A antecedente do acto inaugural, Isabel Pires de Lima profere uma palestra subordinada ao tema «Ilusões/Desilusões: o percurso de Eça de Queirós». As tradicionais Feiras Francas desenrolam-se, este ano, ao longo de cinco dias (de

16 a 20 de Maio).

Cavalos na Golegã

A Golegã será a «capital do cavalo» a partir de amanhã e até domingo com a IV Expoégua, simultaneamente exposição, concurso e venda de éguas. A Expoégua visa distinguir sobretudo a raça Lusitana, mas premeia igualmente o Puro Sangue Inglês, Puro Sangue Árabe, Anglo-Lusa, Cruzado Português, Português de Desporto e Sorraia. No primeiro dia do certame, sexta-feira, realizar-se, às 21 horas, a prova de equitação de trabalho, seguindo-se a actuação dos músicos Miguel Carvalhinho, José Soares e Ventislav Grigorov no Cine-Teatro Gil Vicente. No sábado, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Victor Manuel Coelho Barros, será recebido na Praça do Cavalo, onde serão inaugurados os últimos ferros das coudelarias que ficarão na base do Monumento ao Cavalo. O prémio «Campeã Expoégua 2001», disputado entre os primeiros lugares de cada raça, e o trofeu «Égua de Ouro 2001», disputado apenas na raça Lusitana, serão atribuídos no domingo.

No sábado, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Victor Manuel Coelho Barros, será recebido na Praça do Cavalo, onde serão inaugurados os últimos ferros das coudelarias que ficarão na base do Monumento ao Cavalo.

Cinema em Guimarães

Hoje, às 16 e 30 e pelas 21 e 45 será exibida a película «A Mexicana», no Cinema São Mamede. Na mesma sala poderá assistir, a partir de amanhã e até à próxima Quinta-feira, 17, à fita assinada por Andrzej Bartkourst, «Fogo Cerrado». «Yi Yi» é o filme que será projectado este Domingo, dia 13, a partir das 21 e 45, no auditório da Universidade do Minho. Um espectáculo de música e dança medieval – «Bíridum» – promete animar a Praça dos Duques de Bragança este sábado, dia 12, pelas 21 e 30. A mostra de artesanato de Isabel Vales de

Oliveira estará patente, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago, entre os dias 16 e 31 de Maio.

Bailado em Lisboa

Hoje, amanhã e Sábado vá até ao Centro Cultural de Belém e assista, no grande auditório, a partir das 21 e 30, ao espectáculo de teatro virtual «Orfêo». A Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo apresenta o Il Programa da Temporada 2001, no Teatro Tivoli. Os espectáculos, com coreografia de Vasco Wellenkamp e Henri Ogulke, realizam-se nos dias 11 e 12 às 21 e 30, e no domingo, dia n13, a partir das 16 e 30. Devido à grande afluência de público, a peça «A Morte Tinha Saltos Altos», de Paulo Ferreira, vais manter-se em cena até ao dia 26, no Teatro de Carnide.

Vozes em Montemor-o-Velho

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pranto de Azarede será palco, este sábado, dia 12, pelas 21 horas, de um espectáculo a cargo do Grupo Vocal Olipso – «Contrastes».

Artes plásticas no Montijo

Hoje, o Grupo de Teatro da Crinabel apresenta, no Centro Paroquial, pelas 15 horas, a peça «D. Quixote de La Mancha». Estará parente, a partir de amanhã e até 17 de Junho, no Museu Municipal, a mostra «Ilusões da Memória», de Paula Santos. A artista desenha, pinta e faz joalheria, empregando diversas técnicas que dão consistência à sua expressão plástica.

Conferência em Portimão

No sábado, dia 12, assista, a partir das 18 e 30, na Biblioteca Municipal, à conferência «Um Mergulho na História – A Arqueologia Subaquática no Rio Arade».

Variedades no Porto

No domingo, dia 13, gigantones e cabeçudos vão desfilar pelas ruas portuenses, com partida do Palácio de Cristal e paragem a meio do percurso para um espectáculo de novo circo. Nos dois dias anteriores, haverá também novo circo no Teatro Helena Sá e Costa, desta vez com a companhia francesa Circus Cantabilé, que se apresentará na Capital Europeia da Cultura com 10 músicos e quatro artistas.

Música em Santarém

As composições de Lopes-Graça, Ravel e Tchaikovski serão recriadas, hoje, a partir das 21 e 45, na Biblioteca Municipal, pelo Quarteto Lopes Graça.

SUGESTÃO

Festas do Enterro da Gata

As Festas do Enterro da Gata decorrerão em Braga e Guimarães, a partir de sábado dia 12 e até ao dia 18. Os pontos altos do vasto programa são o Cortejo e os concertos musicais na Quinta dos Peões. Este ano regressa o Dia do Antigo Estudante (sábado, 12) para enaltecer os antigos estudantes e fazer com que os festejos não sejam apenas para os alunos, mas também para a comunidade.

As Festas do Enterro da Gata são uma tradição estudantil de Braga cuja origem remonta aos finais do século XIX, mas têm as suas raízes três séculos antes. A primeira notícia na Imprensa sobre o evento surgiu em 1889 no jornal «Aurora do Minho», mas as tradições académicas remontam, pelo menos, ao século XVII, já que foram os estudantes do então Colégio de São Paulo os primeiros a vitoriar a Restauração da Independência de Portugal, em 1640. Quando os estudantes da época enterravam a gata, enterravam o «chumbo», a reprovação.

Na segunda metade do século XX, o Enterro da Gata – além de ser uma festa estudantil que imitava a «Queima» coimbrã, mas mantinha vários números próprios, nomeadamente o da urna com a gata – também era uma jornada de luta contra a censura e uma forma de revolta contra o Estado Novo.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Letra para um hino

«Porque mudando-se a vida se mudam os gostos dela.»
Camões, «Babel e Sião»

É possível falar sem um nó na garganta
é possível amar sem que venham proibir
é possível correr sem que seja a fugir.
Se tens vontade de cantar não tenhas medo: canta.

É possível andar sem olhar para o chão
é possível viver sem que seja de rastros.
Os teus olhos nasceram para olhar os astros
se te apetece dizer não grita comigo: não.

É possível viver de outro modo. É
possível transformares em arma a tua mão.
É possível o amor. É possível o pão.
É possível viver de pé.

Não te deixes murchar. Não deixes que te domem.
É possível viver sem fingir que se vive.
É possível ser homem.
É possível ser livre livre livre.

Manuel Alegre
In «O Canto e as armas»



TAP, FRANÇA E FISCALIDADE

1. A polémica sobre os impostos nos Estados Unidos da América continua viva. Boa parte da opinião pública, conceituados economistas, empresários conhecidos, *leaders* de opinião progressista, opõem-se aos valores propostos de diminuição da receita fiscal. Por razões diversas, que vão desde a opinião de que o estímulo à actividade económica não se obterá eficazmente por esta forma até à certeza de que os ricos serão os mais beneficiados pela redução fiscal proposta. No Congresso americano, negocia-se a diminuição da redução de impostos, para que ela não seja tão drástica.

2.- A apreciação positiva por Bruxelas do plano de reestruturação da TAP apresentado pelo ministro Ferro Rodrigues é de sublinhar. É necessário e urgente reformular, com participação

privada, toda a situação financeira da TAP e reabrir caminho para o seu reposicionamento nos mercados internacionais.

3.- O Governo de Jospin tem-se confrontado episodicamente com alguma contestação por parte de sectores sociais que estão representados partidariamente no executivo de Paris. Isso não impede o funcionamento nacional da Esquerda Plural, onde a componente «verde» está em ascensão face à componente comunista nomeadamente, se tivermos em conta os recentes resultados das autárquicas.

As *performances* económicas da França, no contexto global de redução moderada do crescimento europeu e de forte redução do crescimento norte-americano, são de registar ou até de elogiar. A nova locomotiva da Europa faz inveja a muitos, pelo crescimento continuado e liderante que vai tendo.

Nem sempre é mau ter comunistas no poder.

Os meios económicos já não são o que eram dantes. E os comunistas também não. Pelo menos, em França.

4.- Começa-se a sentir nos bolsos de muitos portugueses o impacto da Reforma dos Impostos sobre o Rendimento. A diminuição da carga fiscal e da retenção para muitos trabalhadores por conta de outrem é uma alteração significativa e socialmente muito justa. Trata-se da utilização da fiscalidade como um instrumento de equidade e de reequilíbrio social. Como o é, também, o aumento muito significativo do número de contribuintes isentos.

A seguir virá a Reforma dos Impostos sobre o Património. É um processo que não pode parar; não só por ser justo como por corresponder ao programa eleitoral socialista.

«A droga é o inimigo número um de Portugal e do Governo»

António Guterres
Congresso do PS

«A educação continua a ser uma paixão, uma paixão que não admite adultério»

Idem, ibidem

«Neste momento existe um sentimento difuso de insegurança e incerteza em relação ao futuro do País»

Idem, ibidem

«Este partido tem de ter regras e um rumo»


Jorge Coelho
ibidem

«Manuel Alegre teve, tem e terá sempre um papel importantíssimo na vida do PS e do País»

Idem, ibidem

«O Estado democrático deve cuidar do serviço público como serviço das pessoas, como garantia de pluralismo e como recusa de uma lógica puramente mercantilista»

Guilherme d'Oliveira Martins
Encontro Ibero-Americano de Jornalismo Cultural, Porto, 4 de Maio



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

